

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

LARISSA FERNANDES ALVES

**MEGABLOCOS NO CARNAVAL DE RUA: UMA PROPOSTA DE
ANÁLISE DE RISCOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA CIDADE
DE SÃO PAULO EM 2020.**

São Paulo
2022
Larissa Fernandes Alves

**Megablocos no Carnaval de Rua: Uma proposta de análise de riscos a partir da
experiência da cidade de São Paulo em 2020.**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao curso
de graduação em Turismo,
como parte dos requisitos
necessários à obtenção do
título de graduado.

Orientador: Clarissa Maria Rosa Gagliardi

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Alves, Larissa Fernandes.

Megablocos no Carnaval de Rua: Uma proposta de análise de riscos a partir da experiência da cidade de São Paulo em 2020. Larissa Fernandes Alves - São Paulo, 2022.

70 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Turismo) - Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo. 2022.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Clarissa Maria Rosa Gagliardi.

Título em inglês: Megablocks in the Street Carnival: A risk analysis proposal based on the experience of the city of São Paulo in 2020.

1. Megaevento. 2. Carnaval de Rua de São Paulo. 3. Análise de riscos. I. Gagliardi, Clarissa. II. Megablocos no Carnaval de Rua.

Não precisa se apressar, tudo bem ir devagar.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à minha orientadora Clarissa Gagliardi pela paciência e compreensão, além de todo o apoio e ajuda durante a construção desse trabalho.

Agradeço a Marcela, Mariana e Joyce que estiveram no Bloco da Pabllo e vivenciaram comigo, cobertas de glitter, cerveja e suor alheio, o Carnaval de Rua de São Paulo de 2020, me permitindo assim encontrar o meu objeto de estudo.

Agradeço a todos que fizeram parte desses meus cinco anos de graduação, em especial a Ana Elise, Alessandra e Vitória que me ajudaram ao longo dessa trajetória até aqui.

Agradeço também aos meus pais que, apesar de terem me dado diversas razões para desistir, ainda sim, aceitaram as minhas escolhas e me apoiaram à sua maneira.

E por fim, agradeço imensamente a Clara e a Vivian que me ajudaram como puderam, me motivaram quando eu não tinha vontade e não me deixaram desistir em nenhuma das vezes em que pensei que não daria certo.

Amo todos vocês.

RESUMO

Nos últimos anos o Carnaval de Rua de São Paulo, como uma atividade cultural de ocupação da rua e da cidade, cresceu e superou em fluxo e procura, outros megaeventos que ocorrem na capital paulista e no Brasil. Não obstante a interrupção do fenômeno diante da pandemia do Covid-19, este intervalo na ocorrência da manifestação cultural é visto como um catalisador de expectativas e anseio para a edição de 2023, já em planejamento. Diante das experiências acumuladas, vê-se necessário o estudo dos riscos implicados neste crescente fluxo de pessoas ocupando as infraestruturas urbanas, temporariamente ou não, bem como as medidas públicas para receber todos os foliões no centro de São Paulo, para evitar possíveis conflitos e acidentes durante a festividade. Neste contexto, esta monografia se propôs a discutir o desenvolvimento das manifestações de rua carnavalescas na cidade de São Paulo, realizar o levantamento e a análise dos riscos vivenciados nas experiências do Carnaval de Rua de 2020 e observar as medidas tomadas pelas instituições envolvidas na organização e realização do evento.

Utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental de legislações e artigos de mídia para análise ex-post-facto do objeto de estudo, chegou-se às considerações de que os impactos do Carnaval de Rua de São Paulo tem, a cada ano, tomado proporções que o planejamento do evento não consegue acompanhar e que podem impactar negativamente a imagem da cidade e da manifestação cultural, sendo necessário adaptar e aplicar a metodologia de Análise de Riscos para mitigar os impactos negativos do Carnaval de Rua de São Paulo.

Palavras-chave: Megaevento, Carnaval de Rua de São Paulo, Análise de riscos.

ABSTRACT

In recent years, the Street Carnival of São Paulo as a cultural activity of occupying the street and the city has grown and surpassed the flow and demand of other mega-events that happens in the capital of São Paulo and Brazil. Despite the interruption of the phenomenon by Covid-19 pandemic, this interval in the occurrence of the cultural manifestation is seen as a catalyst for expectations and yearning for the 2023 edition, already in planning. Given the accumulated experiences, it is necessary to study the risks involved in this growing flow of people occupying urban infrastructure, temporarily or not, as well as public measures to receive all revelers in the center of São Paulo, to avoid possible conflicts and accidents during the festivity. In this context, this monograph proposed to discuss the development of carnival street demonstrations in the city of São Paulo, carry out a survey and analysis of the risks experienced in the experiences of 2020 Street Carnival and observe the measures taken by the institutions involved in the organization and realization of the event.

Using bibliographical and documental research of legislation and media articles for ex-post-facto analysis of the object of study, we arrived at the considerations that the impacts of the Street Carnival in São Paulo have, each year, taken proportions that the planning of the event cannot keep up with and can negatively impact the image of the city and the cultural event, making it necessary to adapt and apply the Risk Analysis methodology to mitigate the negative impacts of the Street Carnival in São Paulo.

Keywords: Mega-event, São Paulo Street Carnival, Risk analysis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Megablocos do Carnaval de São Paulo de 2020.....	26
Tabela 2 - Comparaçao dos gastos e tempo de estadia entre os foliões do sambódromo e do Carnaval de Rua de São Paulo.	28
Tabela 3 - Estimativa de itens de Infraestrutura e Serviços (Total e Custo).....	35
Tabela 4 - Calendário de notícias sobre incidentes no Carnaval de São Paulo de 2020.	47
Tabela 5 - Matriz de Riscos Carnaval de Rua 2020.	53
Tabela 6 - Exploração da mão de obra da população de São Paulo, em especial dos cidadãos em situação de rua.	54
Tabela 7 - Aglomeração de foliões em vias sem espaço suficiente para seu deslocamento e dispersão.....	54
Tabela 8 - Infraestrutura de saneamento insuficiente.....	55
Tabela 9 - Superlotação dos meios de transporte.	56
Tabela 10 - Ocorrência de brigas e conflitos.	56
Tabela 11 - Invasão das zonas de isolamento dos trios.	57
Tabela 12 - Desaparecimento de menores e trabalho infantil.	58
Tabela 13 - Depredação de bens públicos e privados.....	59
Tabela 14 - Proximidade dos blocos com a fiação elétrica.	59

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1 - Estilo musical predominante.....	28
Imagen 2 - Natureza/Categoría do Bloco	28
Imagen 3 - Temporada de Carnaval 2020.	34
Imagen 4 - Obrigatoriedades dos Blocos por estimativa de público.....	35
Imagen 5 - Foliões em cima do trio, passando bem próximo dos cabos de energia na Avenida Berrini.....	40
Imagen 6 - Pessoas dentro da área dos cordões.....	41
Imagen 7 - Funcionários e bombeiro civil mantendo foliões para trás do cordão.	41
Imagen 8 - Funcionários com dificuldade em manter os foliões distantes do carro.	41
Imagen 9 - Vendedor ambulante sobe na caixa de isopor durante o bloco da Pabllo	42
Imagen 10 - Foliões em cima das barreiras de concreto durante o desfile	42
Imagen 11 - Foliões em cima dos pontos de ônibus na Avenida Berrini	42
Imagen 12 - Comentários sobre o bloco da Pabllo.	43
Imagen 13 - Quantidade de foliões durante o desfile do bloco MinhoQueens.	44
Imagen 14 - Comentário sobre os arrastões no MinhoQueens 2020.....	44
Imagen 15 - Matriz de avaliação de riscos 3 x 3 (probabilidade e impacto).....	51
Imagen 16 - Árvore de falhas	52

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. O CARNAVAL DE RUA DE SÃO PAULO	6
2.1. Origens	6
2.2. Apropriação pelo turismo	15
2.3. Retorno às ruas: o boom do Carnaval de Rua em São Paulo	20
3. O CARNAVAL DE RUA EM SÃO PAULO EM 2020	26
3.1. Estrutura e organização institucional do Carnaval de Rua em São Paulo	28
3.2. Experiência recente	37
4. ANÁLISE DE RISCOS APLICADA AO CARNAVAL DE RUA DE SÃO PAULO: ESPECIFICIDADE METODOLÓGICA E VALIDADE DA APLICAÇÃO	49
4.1. Análise de riscos: origem do método e versatilidade de usos.	49
4.2. Aplicabilidade para o caso de estudo	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
Referências Bibliográficas	62

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos sete anos, a cidade de São Paulo presenciou um exponencial crescimento do seu Carnaval de Rua e, durante esse período, pôde-se observar o aumento no número de blocos de rua cadastrados e a inclusão deste megaevento nas pautas das esferas governamentais, sociais e da imprensa. Até então, o Carnaval de São Paulo tinha lugar exclusivo no sambódromo, que recebia poucos turistas estrangeiros e, em maioria, atendia aos residentes de São Paulo, que optavam ou não podiam viajar durante o festejo. Contudo, nos últimos três anos, o Carnaval de Rua tornou-se não só uma opção forte entre os residentes como também um atrativo mais potente do que a celebração do Carnaval no sambódromo.

Segundo algumas mídias, a não ocorrência do Carnaval de Rua em 2021 e 2022 foi um catalisador para as expectativas e desejos da população quanto à folia, assim como ocorreu no Carnaval de 1919 no Rio de Janeiro, que sucedeu a gripe espanhola no Brasil, e até hoje ainda é lembrado com grande relevância como citou a historiadora Heloísa Starling (2020) em entrevista para O Tempo. Diante dessa expectativa e do início do planejamento da Prefeitura de São Paulo para a possível realização do Carnaval de Rua 2023, é importante que haja um planejamento e uma análise mais delicada sobre os riscos que o constante crescimento do megaevento pode surgir.

Tendo em mente que o Carnaval de Rua da cidade de São Paulo passou por suas maiores edições nos últimos três anos em que aconteceu e se tornou um megaevento de rua no Brasil, movimentando bilhões de reais e reunindo milhões de pessoas na capital paulista, esse Trabalho de Conclusão de Curso busca levantar quais são os riscos que os desfiles e consequentemente a quantidade de pessoas nos percursos usados pelos bloquinhos que ocorrem no centro de São Paulo, poderiam causar. Para tal, sendo necessário analisar a infraestrutura, temporária ou não, do centro da cidade de São Paulo, buscando entender se está adequada para garantir a mobilidade segura dos foliões durante o período de Carnaval de Rua, tomando por base, o Carnaval de Rua paulistano de 2020.

Além disso, buscamos inicialmente entender os aspectos sociais e políticos que levaram ao crescimento do Carnaval de Rua na cidade de São Paulo, além de mapear as rotas mais usadas pelos bloquinhos de Carnaval e identificar pontos de conflito e acidentes decorrente do grande fluxo de pessoas, levantando também quais foram as medidas tomadas pela Prefeitura de São Paulo em 2020 para garantir a mobilidade urbana e segurança durante o Carnaval.

Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa classifica-se como pesquisa ex-post-facto; a abordagem do problema é qualitativa; e com relação aos objetivos é exploratória. Já os procedimentos técnicos estão baseados na busca de dados secundários, utilizando-se da pesquisa bibliográfica e documental de legislações, artigos de mídia.

A pesquisa ex-post-facto se dá quando o fenômeno já ocorreu ou quando os pesquisadores não têm controle direto sobre as variáveis e pretendem investigar as possíveis relações entre sua causa e efeito. Este Trabalho de Conclusão de Curso tratou de um evento ocorrido no ano de 2020, analisando os efeitos do aumento de fluxo de pessoas nas vias públicas de São Paulo e as causas de possíveis acidentes ou delitos envolvendo a organização da infraestrutura temporária ou não da cidade.

Segundo Creswell (2014), a pesquisa qualitativa busca entender um fenômeno em seu contexto natural pressupondo que o significado dado ao fenômeno é mais relevante que a sua quantificação. Levando em consideração as características únicas da cidade de São Paulo, sejam as de infraestrutura ou cultural, os dados levantados nessa pesquisa não podem ser generalizáveis e seus resultados dificilmente poderão ser aplicados em contextos diferentes.

Uma pesquisa de natureza exploratória visa investigar um fenômeno pouco examinado, elencando hipóteses sobre o tema para que posteriores pesquisas as testem e validem. Esse método também é utilizado para a aplicação de conhecimento entre áreas de estudo, tal qual buscamos aqui ao aplicar conhecimentos relativos à Análise de Riscos - comumente usada para avaliação da segurança de trabalho - para avaliar o Carnaval de Rua.

2. O CARNAVAL DE RUA DE SÃO PAULO

2.1. Origens

O Carnaval chegou ao Brasil no século XVIII trazido da Europa como entrudo, uma festividade cristã que marcava o começo da Quaresma e era praticada pela elite portuguesa, sendo socialmente exclusivo das famílias brancas. O entrudo se tratava de uma brincadeira onde os participantes podiam jogar água, farinha, limões de cheiro e outros materiais similares uns nos outros, mas também, segundo Lapicciarella (1996) podiam manifestar a celebração de maneira mais graves e que contradiziam a rigidez da família patriarcal, como derramar baldes de água suja nas pessoas que caminhavam pela rua.

Enquanto os brancos brincavam o entrudo, é importante salientar que a participação dos negros escravizados era circunscrita a carregar e abastecer o estoque da brincadeira, além

de também servirem como alvo de “troças” dos brancos. Já entre si e longe dos olhares dos brancos, os negros jogavam restos de comida, ovos, polvilho entre outros (Silva 2015).

Segundo Silva (2015) a partir do século XIX, em especial após a abolição da escravidão em 1888, o entrudo deixou de ser uma manifestação socialmente limitada às residências das famílias brancas e se popularizou nas ruas, onde pessoas negras podiam jogar e expressar alguns traços culturais de origem africana, como o uso de instrumentos de percussão. Nesse momento, a elite então começa a se desvincular da brincadeira ao vê-la se tornar uma festa de caráter ‘decadente, grotesca e de proporções populares’ que ameaçava o controle do poder público sobre as pessoas e colocava em risco a paz da classe conservadora com ‘ruídos e desordem’.

Diante disso, os jornais da época passam a publicar campanhas e códigos de postura municipais alinhadas com a moral dos setores conservadores da sociedade e se tornam a principal ferramenta para disseminar a condenação dos festejos de rua, incentivando a sua criminalização.

Ao final do século XIX, com o cenário da *Belle Époque* acontecendo na França, a elite brasileira se volta para o Carnaval europeu que ocorria no formato de baile de máscaras e se apropria desse formato, criando as Sociedades Carnavalescas a fim substituir e reverter o status de popular que o Carnaval havia adquirido.

Segundo Germano (1999, pág.. 133) a fim de promover seu festejo disciplinado e civilizado, a elite realizava desfiles organizados pelas Sociedades Carnavalescas pelas ruas antes de chegar aos salões onde de fato realizavam os bailes. A participação da população nesses casos se limitava ao lugar de espectadores, que assistiam das calçadas ao desfile, marcando e evidenciando assim as diferenças sociais, culturais e econômicas das classes.

“As festas à fantasia e com roupas de gala dos salões eram precedidas por desfiles, em que carruagens e carros alegóricos ricamente ornamentados eram puxados por cavalos nas ruas principais que eram especialmente iluminadas pelo poder público. [...] Nessas exibições públicas da elite, o povo figurava como espectador, sem rosto nem nome definidos em meio à multidão que acotovelava-se nas calçadas para ver o desfile passar.” (Germano, 1999, pág.. 133).

Contudo, apesar de ter continuado como parte da realidade do Carnaval, o entrudo se

tornava cada vez mais insustentável já que, diante das novas formas de celebração, mais grupos sociais se opuseram à sua realização, como a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro que, em 1831, argumentaram que o entrudo causava muitos ferimentos nos participantes e até mesmo a morte. (Soihet apud. Almeida 2013 pág.. 11).

Assim, não havia mais espaço nas ruas centrais para os grupos que jogavam o entrudo e acabaram por ser empurrados pelo desenvolvimento urbano das cidades e pela perseguição da polícia para as periferias em suas ruas e becos escuros.

Com a criminalização do entrudo, começa a transição da brincadeira para outras práticas, como os desfiles de cordões, onde os participantes se fantasiavam, geralmente sob o mesmo tema, e seguiam dançando em fila, um atrás do outro, aos comandos do apito do Mestre. E, apesar do termo cordão abraçar vários outros tipos de organização, foi justamente esse ordenamento que fez os jornais incentivarem o festejo e levou o poder público a regulamentá-los, que segundo Cunha (2015, pág.. 570) se multiplicaram rapidamente ao conseguir registros e autorizações de cartórios e distritos policiais.

Assim, mais uma vez, a elite vê com desgosto a nova modalidade de Carnaval que havia trazido para o Brasil ser apropriada pela população, se tornando de novo a “decadência dos antigos carnavais” e tenta manter seus desfiles como um representação da suas distinção material e simbólica da sua posição social, evitando ser associado ao popular. (Germano, 1999, pág.. 134).

Segundo Cunha (2015, pág.. 567) no final do século XIX e início do século XX, o Carnaval carioca é construído pela imprensa e escritores do período como um festejo moderno e imponente, fortemente atrelado às práticas anarquistas, sem regras e liberdade onde diversos elementos sociais confraternizam e se misturam, caracterizando o Carnaval como “a única festa verdadeiramente popular que temos” (apud Cunha, pág.. 568).

Apesar disso, Cunha (2015, pág.. 568) cita também que, em alguns periódicos da época como a revista Fon Fon!, é possível encontrar críticas veladas ao Carnaval, disfarçadas de piadas e mergidas em crônicas, que se diversificam em diferentes âmbitos, desde as censuras da polícia até as práticas carnavalescas e sua moralidade, desde os investimentos na festividade até a falta de recursos e a mobilidade urbana dos participantes.

“- Veem-se moças correndo na rua, descabeladas, molhadas, atacando os rapazes a lança-perfumes, a confetti. Pega-se no braço das moças, nas

pernas; às vezes chega-se mesmo a dar-lhe beliscões. Uma pândega. E ninguém fica zangado. Os automóveis e carros chegam a custar contos de réis. Os bonds andam apinhados, vai gente até o teto. Os hotéis fecham por falta de comida, o café acaba, o chopp esgota-se..." (Fon- Fon! Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. apud Cunha, pág.. 568).

A crônica também satiriza o esforço falho da sociedade e do poder público de criar um Carnaval disciplinado enquanto, na realidade, de acordo com João do Rio (1908 apud Cunha, 2015, pág.. 575) existiam na antiga capital federal cerca de 200 agremiações que disputavam espaço nas ruas e atraíam pessoas de diferentes classes, muitas vezes se amontoando nos bondes, indo da periferia para o centro aos montes para celebrar o Carnaval e ver os cordões e as fantasias exuberantes.

"- [...] Basta afirmar que os bairros e os subúrbios ficam vazios. O ano passado, segundo as estatísticas, os bonds, trens, automóveis, carros, etc. transportaram no último dia de carnaval, dois milhões de passageiros.

- Dois milhões? Mas se nós só temos novecentos e tantos mil.

- Ora! Foi porque muita gente ia e vinha." (Fon- Fon! Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1912. apud Cunha, pág.. 568).

Segundo Edmundo (1938, p. 806), a responsabilidade de organizar o Carnaval de Rua ficava majoritariamente nas mãos das já citadas Sociedades Carnavalescas que recolhiam contribuições nos comércios da cidade do Rio de Janeiro para realizar seus cortejos e são dessas associações que surgem futuramente as escolas de samba aclamadas no final do século XX e início do século XIX.

Além do comércio, cronistas e jornalistas protagonizaram a organização do Carnaval, não só no Rio de Janeiro como também em São Paulo. As rádios desempenharam importante papel na organização do Carnaval de São Paulo uma vez que seu latente crescimento nos anos de 1920 e 1930 alcançavam amplamente a população e divulgavam o Carnaval "ora organizando bailes, ora promovendo batalhas de confete, ora organizando concursos dos quais fizeram parte as agremiações carnavalescas [...] como os cordões, blocos, ranchos e escolas de samba". (Silva, 2015 pág.. 27).

Segundo Silva (2015), o Carnaval se espalhava por diversos ambientes na cidade de São Paulo, fossem clubes, associações esportivas, cinemas e teatros que realizavam bairros. As expressões carnavalescas fora de locais fechados ocorriam em parques como o Parque Antártica na Água Branca e nas ruas como a Avenida São João, através de cordões, ranchos e

desfiles de escolas de samba.

Nesse período - devido a censura varguista e o estado de guerra sancionado a partir de 1942 - o Carnaval, fosse de rua ou de salão, sofreu diversas restrições, tanto políticas como restrição de fantasias e músicas, quanto econômicas como a perda de apoio financeiro para os desfiles ou racionamento de combustível.

Apesar disso, segundo Silva (2015), em 1939 o Club Carnavalesco Tenentes do Diabo recebeu do Estado ajuda financeira e, o então prefeito de São Paulo Prestes Maia, apoiou o Carnaval de Rua com ações de melhoria da infraestrutura das Avenidas São João e Rangel Pestana e na montagem de palcos para festejos em locais como a Praça da Sé e no Largo da Concórdia.

Silva (2015) aborda também outros aspectos organizacionais do evento durante o Carnaval de Rua de 1939, como as ações de policiamento e os comunicados “O Carnaval e a Polícia” da Seção de Divulgação do Serviço de Estatística Policial de São Paulo e que eram divulgados por jornais.

Esses comunicados tinham como intuito informar proibições e indicar condutas consideradas adequadas para praticar o Carnaval de Rua, como as citadas a seguir.

“I. Vós que tendes ojeriza pelas brincadeiras e pilhérias características do tríduo carnavalesco evitae participar dos folguedos, ou então suffocae a irritação que ellas vos provocam.

V. Offensas à moral publica constituem crime previsto pelo Código Penal. Ademais, só os individuos abjectos podem achar graça nas scenas, palavras e gestos abcenos, que ultrajam e escandalisam a sociedade.

VI. Evitaes desacatar as autoridades. A acção della é absolutamente necessaria, porquanto assegura a disciplina e a tranquillidade publicas.

VII. O porte de armas prohibidas sóe ter consequencias lamentaveis

VIII. Evitae as brincadeiras grosseiras e o mau uso dos lança-perfumes, bem como o consumo exagerado de bebidas alcoolicas. (O Estado de S. Paulo, 4/2/1939, p.6)

E também tinham a intenção de dar sugestões de segurança para evitar possíveis situações de risco durante os festejos nas ruas.

II. As fantasias de papel, com quanto pouco dispendiosas, oferecem graves riscos. Desvian-vos, pois, dessa economia, que poderá levar a morte ou a deformidade dos vossos filhos.

III. Desordens e divertimentos são incompatíveis. Lembrae-vos do proverbio “quando um não quer, dois não brigam”

IV. Não deixae as vossas residencias expostas aos ladrões, guardando em logar seguro dinheiro e objectos de valor, e tende, também, cuidado com os batedores de carteiras.

IX. Tomae sério cuidado com os vossos filhos menores, mesmo nos vesperaes dansantes infantis. Os individuis sem escrupulos são encontrados em todos os logares publicos.

X. O serviço de transito já é por si complexo e afanoso. Não o compliqueis. portanto com as vossas imprudencias, susceptiveis, também, de redundarem em accidentes de funestas consequencias. Agindo com prudencia e decoro não só prestareis valioso auxillio á Policia como, também, tereis um Carnaval propicio, contribuindo, ainda, para o bom divertimento dos vossos semelhantes” (O Estado de S. Paulo, 4/2/1939, p.6)

Na edição de fevereiro de 1939 d’O Estado de S. Paulo, é possível ver a diferença entre as expectativas para as modalidades do Carnaval. Na mesma edição em que se falava com animosidade da diversidade de bailes marcados por clubes em suas sedes, também transcreviam os alertas e diretrizes para o Carnaval de Rua, salientando suas proibições (em especial das armas de fogo e bebidas alcoólicas).

O Carnaval de Rua em São Paulo vê seus desfiles sobreviverem com dificuldade uma vez que, por não receberem recursos públicos e serem muito custosos aos clubes, se desgastaram e perdiam adesão do público. Segundo Silva (2015), os blocos e cordões passaram a ser qualificados como pífios por jornais, pois mesmo que

“alguma animação ainda podia ser constatada nos tablados montados na Praça da Sé e, também, no Largo da Concórdia. [...] até mesmo os desfiles das agremiações Os Fenianos e Os Tenentes do Diabo, na apreciação de O Estado de S. Paulo, resultavam em verdadeiro fracasso.” (Silva, 2005, pág. 31)

Assim, em 1941, os tablados se fortalecem devido à capacidade de proporcionar bailes populares nas ruas sem a necessidade de muitos investimentos. Até que, devido ao conflito mundial e a realidade econômica e política do Brasil, o Carnaval perde espaço nos

veículos de comunicação e poucas expressões do Carnaval sobrevivem, perdendo força nas Avenidas e se fortalecendo em espaços como o Parque Antártica da Água Branca.

No antigo Parque Antártica da Água Branca, onde hoje está localizado o estádio Allianz Parque, além de funcionar a cervejaria da Companhia Antarctica Paulista, em seus 300 mil metros quadrados de área verde funcionava o parque que provia espaços para piqueniques, parques infantis, bailes e campos de futebol (Palmeiras, 2022). E era ali, durante o Carnaval que se formava a chamada “Cidade da Folia”.

Segundo O Estado de S. Paulo, 25/2/1941 (apud Silva, 2015), mesmo que o parque oferecesse diversão e conforto para os foliões, o seu Carnaval ainda representava o fim do Carnaval de Rua, pois mesmo desfrutando dos brinquedos do famoso Parque Changai e dos enormes tablados, seus bailes ainda ocorriam no recinto fechado do parque, que cobrava 1\$000¹ de entrada.

Durante 1942, mesmo ainda vivenciando a 2^a Guerra Mundial, o Carnaval foi incentivado pelo Centro Paulista de Cronistas Carnavalescos e bem disseminada pelas rádios, conseguindo se espalhar para outros bairros de São Paulo, como Pinheiros, Lapa, Santana, Tucuruvi entre outros. As Batalhas de Confete, que antecederam os desfiles e serviram de catalisador da participação e engajamento nas competições das escolas de samba.

Em 1943, com a intensificação do controle do Carnaval por parte dos órgãos de censura como o DEIP e a Secretaria de Segurança Público, restringem a festividade, ameaçando as organizações e os foliões onde as consequências do descumprimento das regras estariam devidamente alinhadas com as medidas do estado de guerra ao qual o país se encontrava.

Assim, mais uma vez, o Carnaval se torna inviável e o engajamento orgânico que a cidade tinha presenciado em 1942 some nos dois anos seguintes e a mídia de São Paulo se limita a divulgar os bailes de alguns clubes esportivos, sem menções ou incentivos ao Carnaval de Rua, que não conseguia se articular dentro das instruções redigidas pelo então secretário de Segurança Pública, que segundo Silva (2015), abrangiam diversos aspectos da festa e definiu condições para a presença na rua e duração das organizações carnavalescas:

I. Os bailes carnavalescos, blocos, cordões e outros agrupamentos,

¹ Mil-reis, o que hoje seriam cerca de R\$ 123,00.

Fonte: <https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>

bem como as passeatas, só poderão ser realizados com a devida licença das autoridades competentes;

II. Os bailes carnavalescos se iniciarão às 22 horas e se encerrará às 4 horas, não se tolerando qualquer prorrogação; (O Estado de S. Paulo, O policiamento no Carnaval. 7/3/1943, p.6)

Uso de fantasias e símbolos:

II. A exibição de estandartes ou alegorias, para fins carnavalescos, só será permitida quando autorizada por esta Secretaria e demais autoridades competentes;

V. Proíbe-se também o uso, à guisa de fantasia, de uniformes, distintivos, emblemas, bonés, botões, golas, fitas etc., adotadas pelas classes armadas. Esta medida se torna extensiva também a quaisquer outros uniformes, a fim de que não se confundam os fantasiados com quem, pela sua função pública ou particular, seja obrigado a usá-los;

VI. Fica expressamente proibido o uso de máscaras de qualquer espécie e bem assim outros meios que sirvam para dificultar a imediata identificação das pessoas; (O Estado de S. Paulo, O policiamento no Carnaval. 7/3/1943, p.6)

De expressão política:

XI. É vedada, nos festejos carnavalescos, qualquer manifestação ou alusão referente ao atual conflito mundial;

XII. Não se permitirão, nas passeatas ou agrupamentos carnavalescos, críticas ou alegorias que objetivem o governo ou a sua orientação política internacional. (O Estado de S. Paulo, O policiamento no Carnaval. 7/3/1943, p.6)

De segurança como o uso de objetos e substâncias, sejam alcoólicas ou para fins de celebração:

IV. Não será permitido o uso de objetos que se possam tornar instrumentos de agressões, tais como latas, fragmentos de madeira e semelhantes;

VII. Fica proibida nos dias 6, 7, 8 e 9 do corrente a venda de bebidas alcoólicas. Tolerar-se-á excepcionalmente: a) venda moderada de chopp, cerveja, “whisky” e vinhos espumantes, nos bailes, ficando sua restrição a critério da autoridade policial de serviço; b) o uso de bebidas nos hotéis, restaurantes e casas

congêneres, durante as refeições;

VIII. Durante os folguedos, fica permitido o uso de lança-perfumes. A polícia exercerá, todavia, fiscalização a respeito, punindo severamente todos que os divirtuarem;

IX. É proibido o uso de pós ácidos, e outras substâncias irritantes que se destinam a fins carnavalescos; (O Estado de S. Paulo, O policiamento no Carnaval. 7/3/1943, p.6)

Apesar de evidente diferença, também foi publicado entre as diretrizes para os foliões e organizadores do Carnaval, uma observação para os policiais:

X. As autoridades policiais deverão dar todo o apoio aos representantes dos Juízes de Menores e aos agentes fiscais federais, estaduais e municipais a serviço de suas repartições. (O Estado de S. Paulo, O policiamento no Carnaval. 7/3/1943, p.6)

Com o fim da guerra e da Era Vargas, Silva (2015) destaca que entre 1945 e 1950, São Paulo vê a retomada oscilante do Carnaval promovido principalmente por clubes esportivos, com bailes pré-carnavalescos que atendiam diversos segmentos da sociedade. Enquanto isso, as celebrações de rua ou enfrentavam as chuvas típicas do mês de março ou lidavam com questões sócio-econômicas que sucederam a guerra e acabavam por “não demonstraram o entusiasmo e o brilho de outrora” (Silva, pág.. 70).

Ao longo desses 5 anos, houve poucas alterações nos requisitos para a realização do Carnaval em São Paulo, tendo se mantido a necessidade de alvará para realização de bailes e outras atividades como as batalhas de confete, horário de início e fim das atividades carnavalescas predeterminados, regularização dos músicos e controle das canções.

Em 1947, a Divisão de Diversões Públicas expressa diretrizes em relação a participação de crianças e jovens no Carnaval, sendo elas:

II. Os saraus carnavalescos não poderão ter início antes das 22 (vinte e duas) horas e encerrar-se-ão, impreterivelmente, às 4 horas do dia seguinte; as vesperais, inclusive as **infantis**, não poderão ultrapassar as 20 horas;

V. A realização de vesperais e saraus, onde haja permanência de menores de 14 e de 18 anos, respectivamente, está condicionada à exibição do competente alvará expedido pelo mm. juiz de menores.
(O Estado de S. Paulo, 11/2/1947, p.8)

E, com 10 resoluções, foi composto as Instruções do Juízo de Menores para o Carnaval pela Vara Privativa de Menores da Capital em 1947 que proibiam a permanência de menores de 18 anos em bailes sem a presença dos pais e consumo de álcool pelos mesmos.

Desde a década de 1930, as Escolas de Samba têm visto em São Paulo um crescimento e certa relevância na participação do Carnaval, mas é no final da década de 1940 que as escolas começam a desvincilar das atividades do Carnaval de Rua e, durante a década de 1950, podemos ver o retorno do Carnaval para as Escolas, adotando porém, outro formato.

2.2. Apropriação pelo turismo

Desde 1930, o Carnaval carioca, em especial as escolas de samba, vinham ganhando destaque nacional, sendo alavancadas pela mídia e pelo poder público, através de produções cinematográficas e apoios fomentando o turismo no município.

Segundo Almeida (2013), o Carnaval e o Samba foram para a população carioca, em especial a negra, uma ferramenta de resistência contra a perseguição policial e social que suas expressões culturais sofriam por ir contra as tentativas da elite de europeizar o Carnaval brasileiro. É então a partir do surgimento das escolas de samba na década de 1920 que os “segmentos populares se afirmaram depois de muito tempo de segregação” Almeida (2013, pág. 24), tendo os desfiles das escolas de samba como um meio de afirmação e legitimação da sua participação na vida social e pública do Rio de Janeiro.

Assim como em São Paulo, os jornais tiveram importante papel na popularização do Carnaval, em especial das atividades pré-carnavalescas como as batalhas de confete e concursos, muitas vezes os organizando e promovendo. O mesmo aconteceu com os desfiles das Escolas de Samba, que foram abraçados e, em alguns casos, patrocinados por jornais relevantes.

Exemplo disso foi o campeonato entre sambistas organizado pelo Mundo Esportivo e idealizado pelo próprio dono do jornal, que exigiu a composição de um regulamento e a preparação de um prêmio para o vencedor. A competição ocorreu em 1932, após a oficialização do Carnaval pela Prefeitura, na Praça Onze e foi divulgada também pelo jornal O Globo, atingindo um público de 40 mil pessoas presentes na praça².

A oficialização foi para Silva e Santos (apud. Almeida, pág.. 35) o que elas chamaram

² ALMEIDA, Paula. Op. cit. p. 32.

de uma violação a expressão cultura, pois avaliar os samba enredos, que antes eram improvisados conforme o desfile acontecia, inicia o processo de formalização do samba e das Carnaval das escolas, que passaram a ensaiar algo que antes era espontâneo, se moldando dentro dos padrões estabelecidos por aqueles que começavam a consumi-lo como uma mercadoria.

Ao mesmo tempo, se tornar um evento oficial representava para as escolas a chance de receber subsídio e ter direito a “um dia e um local certos para desfilar dentro do programa de Carnaval elaborado pelo Departamento de Turismo do Distrito Federal”. (Almeida, 2013, pág.. 46). Além disso, a oficialização era o meio que os sambistas tinham para garantir seu direito ao Carnaval, tendo o reconhecimento da sua ocupação das ruas e assim evitar a perseguição social causada pelo preconceito contra o samba.

A partir da oficialização, para Almeida (2013) se inicia o processo de institucionalização das escolas cariocas, onde essas formam a União das Escolas de Samba em 1934, a fim de regularizar os desfiles e poder dialogar com o poder público enquanto uma organização unificada capaz de defender a importância turística das escolas de samba para o município.

Segundo Cabral (apud. Almeida pág.. 55), com a formação da UES, as escolas puderam disputar pelos mesmos espaços que outras representações do Carnaval e eventualmente conseguiram recursos e destaque como atração da festividade.

“No mesmo ano, a Diretoria Geral de Turismo incluiu os desfiles entre as atrações da cidade durante o carnaval. Para o carnaval de 1936, a Diretoria Geral de Turismo do Rio de Janeiro, anunciou que distribuiria 150 contos de réis as grandes sociedades, 60 contos de réis aos ranchos e que cada escola filiada a UES receberia 1.626\$000.” (Almeida, pág.. 55)

Segundo Almeida (2013), com a criação da União das Escolas de Samba, surgem também o Departamento de Turismo no Distrito Federal e a Comissão de Turismo da prefeitura do Rio de Janeiro como instrumentos de organização e promoção que tinham as escolas de samba como um projeto turístico para o Rio de Janeiro. Assim, enquanto a Comissão de Turismo organizou as batalhas de confete nas ruas e outras modalidades de desfiles, o Departamento de Turismo promoveu concursos de marchas e sambas da cidade e outras ações que estreitasse a relação da mídia nacional e estrangeira com as escolas, como

divulgação na imprensa de outros estados e países. Foi esse posicionamento por parte da Prefeitura que permitiu o reconhecimento internacional para o samba e a possibilidade de lucrar com os desfiles como um atrativo turístico que movimentou e aumentou o faturamento local em alimentação, hospedagem e lojista.

Assim o Carnaval carioca viveu, a partir da década de 1930, o início do seu desenvolvimento para se tornar o ápice e principal representante do Carnaval brasileiro, tendo cada nova edição sendo vista como ‘a maior festa de todos os tempos’. E essa prospecção se estendeu mesmo durante a guerra e especialmente no pós-guerra, onde o Brasil se viu em uma onda de mudança econômica e social, com prospecções de mudanças e valorização da liberdade e do lazer durante a década de 1950. Em consequência disso, a industrialização e urbanização acelerada fomentam, em especial no Rio de Janeiro, o crescimento do Carnaval das Escolas de Samba.

Em São Paulo, mesmo que fosse possível ver uma grande diversidade de espaço e localidades onde o Carnaval era celebrado, em especial por agremiações carnavalescas, o Carnaval paulistano tardou a ter o reconhecimento que o Carnaval carioca tinha desde a década de 30, e seguiu sem a atenção e o investimento do poder público de forma que garantisse a sua continuidade consistente, necessitando anualmente renovar licenças e buscar recursos para se realizar e por muitas vezes seguia contando com o apoio de veículos de notícia. Como em 1950 onde, segundo Belo (2009), as ruas de São Paulo sequer receberam a iluminação adequada para a passagem do Carnaval, que ocorreu mesmo assim, indo do Vale do Anhangabaú, passando pela Avenida São João e indo até a Praça Júlio Mesquita, graças ao apoio do Centro Paulista de Cronistas Carnavalescos e divulgação do Jornal de Notícias. (Crecibene, 2000 apud. Belo, 2008).

Apesar de já serem vistos como uma importante atração do Carnaval de São Paulo, os desfiles seguiam sobrevivendo de pontuais apoios ao longo dos próximos anos e mesmo o Concurso Estadual de Desfile Carnavalesco no Parque do Ibirapuera em 1954 promovido pelo prefeito Jânio Quadros (Belo, 2008), não melhorou o cenário financeiro das Escolas de Samba. E em 1964, assim como em edições anteriores do Carnaval, os blocos e as escolas de samba voltavam a ser vigiados pela censura e precisavam de autorização para desfilar, além de seguirem sem investimentos significativos.

Assim em 1967, segundo Belo (2009, pág. 42) os sambistas das Escola Samba Lavapés, Escola de Samba Nenê de Vila Matilde, Cordão Carnavalesco Vai-Vai, Escola de

Samba Unidos do Peruche, Escola de Samba Unidos de Vila Maria e radialistas da época formaram uma comissão com a finalidade de conseguir apoio público para o financiamento do Carnaval. O então prefeito concede, através da Secretaria de Turismo da Prefeitura de São Paulo, apoio para as escolas e exige em troca que as mesmas se organizassem formalmente em entidades e constituíssem estatutos para os desfiles.

“Porém, o desejo, tanto por parte das autoridades como dos sambistas, de ver a referida medida adotada logo para o ano de 1968, fez com que os acontecimentos seguissem um curso demasiadamente rápido. O resultado foi a elaboração de normas e regulamentos copiados dos estatutos das escolas de samba do Rio de Janeiro, que gozavam de prestígio internacional”. (Morais, 1978, p. 40 apud Carvalho 1999, pág. 93)

Assim o Carnaval de São Paulo, diante das proporções e da relevância turística do Carnaval carioca - que já tinha os desfiles das suas escolas de samba reconhecidos como um símbolo do Carnaval nacional, tendo visibilidade nas mídias do Brasil inteiro - e da pressa dos próprios sambistas paulistanos em atingir o mesmo alcance e liberdade, adotou as mesmas formalidades do Rio de Janeiro e, já no ano de 1968, conseguiu ser incluído no calendário oficial de eventos da cidade.

Segundo Carvalho (1999 pág. 93), o novo regulamento para as Escolas de Samba uniu os tradicionais cordões à estrutura dos desfiles e essa modalidade acabou sendo completamente absorvida em 1971 pelas escolas e desapareceu das ruas de São Paulo em 72. E, segundo Silva (2020, pág.. 11), os desfiles que até 1970 costumavam acontecer no Triângulo Central foram transferidos para a Avenida Tiradentes e permaneceram lá até a inauguração do Sambódromo do Anhembi em 1991.

Segundo Varga (2020, pág.. 26) o enfraquecimento do Carnaval de Rua durante a segunda metade do século XX estava relacionado com a privatização do espaço público em prol do desenvolvimento urbano que inevitavelmente se torna um instrumento de controle que impõe condições e regras para a ocupação das massas nas ruas, sufocando manifestações espontâneas como o Carnaval.

Esse processo de enfraquecimento ocorreu principalmente durante a ditadura militar que, em prol da defesa da moral e bons costumes, interferiu e censurou o Carnaval justamente porque esse sempre teve um caráter libidinoso e libertador das convenções sociais.

Segundo Maziero (2015), a criação do Serviço de Censura de Diversões Públicas em 1946 com o Decreto nº 20.493, em especial o inciso VIII do artigo 4º, foi o primeiro passo para o processo de controle do Carnaval uma vez que o SCDP tinha direito de censurar “as apresentações de préstimos, grupos, cordões, ranchos, etc. e estandartes carnavalescos” e poderiam conceder ou não licença para apresentações com “propagandas e anúncios de qualquer natureza feitos em carros alegóricos ou de feição carnavalesca”.

Sendo o Carnaval então um festejo de quebra de paradigmas e que desafia a ordem e valores estabelecidos, se via em seus foliões uma nova versão dos costumes brasileiros que eram resultados do processo de transformação na forma de se pensar a sexualidade e em especial a liberdade da mulher durante a segunda metade do século XX.

Surge então o Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970, muito relevante para o processo de censura do carnaval, afetando a liberdade da imprensa e da TV, principais aliados do Carnaval, ao dizer em seu Art. 1º que “não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”, incluindo revistas, livros, filmes, peças de teatro e espetáculos públicos justamente para a defesa da instituição familiar e da formação sadia dos valores morais das crianças e dos jovens.

A Lei Municipal 10.831/1990 também pode ser vista como um enfraquecimento do Carnaval de Rua uma vez que atribuiu à prefeitura de São Paulo a organização do Carnaval através da então empresa Anhembi S/A (hoje chamada São Paulo Turismo) e que logo iniciou a construção do Sambódromo Polo de Arte e Cultura Popular de São Paulo, ou simplesmente Anhembi. Projeto esse que foi uma doação de Oscar Niemeyer à prefeitura e era constituído de uma passarela de 530 metros de comprimento por 14 metros de largura, incluindo também as arquibancadas ao longo da pista. O arquiteto incluiu ao projeto espaços para o funcionamento de um pronto-socorro com 40 leitos, creche para 400 crianças e uma escola de artes, mostrando a expectativa de ser um ambiente para diversos usos.

Apesar da construção das arquibancadas terem se iniciado ainda em 1991, foi somente no Carnaval de 1996 que todos os setores estavam concluídos e disponíveis para atender sua capacidade máxima, 30 mil espectadores. Assim, os Carnavais que ocorreram entre 1991 e 1996, foram realizados com arquibancadas desmontáveis que tinham capacidade para 25 mil pessoas.

A construção do Sambódromo foi para Giovanni, Zanardo e Souza (2008) o que resultou no afastamento, físico e cultural, entre os sambistas e a comunidade onde eles se formavam, pois a localização e capacidade do espaço dificultou e limitou o acesso dos espectadores ao Carnaval das Escolas de Samba. Isso em prol de uma maior exposição para um grandioso e glamuroso Carnaval, um espetáculo para a ampla transmissão na televisão mesmo que este se tornasse um evento divergente da sua proposição inicial.

Com essas ferramentas e o apoio da classe mais conservadora do país, a ditadura militar conseguiu limitar a presença do Carnaval nas ruas de todo o Brasil afetando, mesmo depois do seu fim em 1985, os Carnavais do Rio de Janeiro e São Paulo e restringiu a imagem do feriado apenas a sua celebração dentro dos Sambódromos.

2.3. Retorno às ruas: o boom do Carnaval de Rua em São Paulo

De 1970 até os anos 2000 o Carnaval de Rua de São Paulo, diante da força que as Escolas de Samba tomavam justamente com a ajuda midiática da transmissão televisiva, permaneceu adormecido e sem muita relevância, sobrevivendo através de pequenos blocos de bairros tradicionais da cidade que se mantiveram dedicados ao Carnaval de Rua e outros movimentos

dedicados a Momo que se realizaram em seus diversos espaços de sociabilidade, localizados no centro (ampliado) da cidade – Praça da República (Teatro Municipal, Mappin Store), Rua da Consolação, Avenida Paulista (Trianon) – e em outros bairros ou regiões, como Vila Mariana, Pinheiros, Brás, Mooca, Vila Esperança, Vila Califórnia, Tatuapé, Penha, Tucuruvi, Lapa, Santo Amaro etc.” Silva, 2015. pág.. 105

Tendo em mente que o objetivo da oficialização do Carnaval sempre foi transformá-lo em um atrativo lucrativo, em 2004 cinco Escolas de Samba: Mocidade Alegre, Rosas de Ouro, Unidos de Vila Maria, Unidos do Peruche e X-9 Paulistana formam parceria com o SEBRAE, o regional norte e a SPTuris para transformar suas quadras em produtos turísticos para serem incluídos nos roteiros da cidade oferecendo apresentações e permitindo acesso dos turistas aos ensaios ou até mesmo garantindo serviços especiais durante o desfile como serviço de massagem, a fim de garantir a fidelização desse turista.

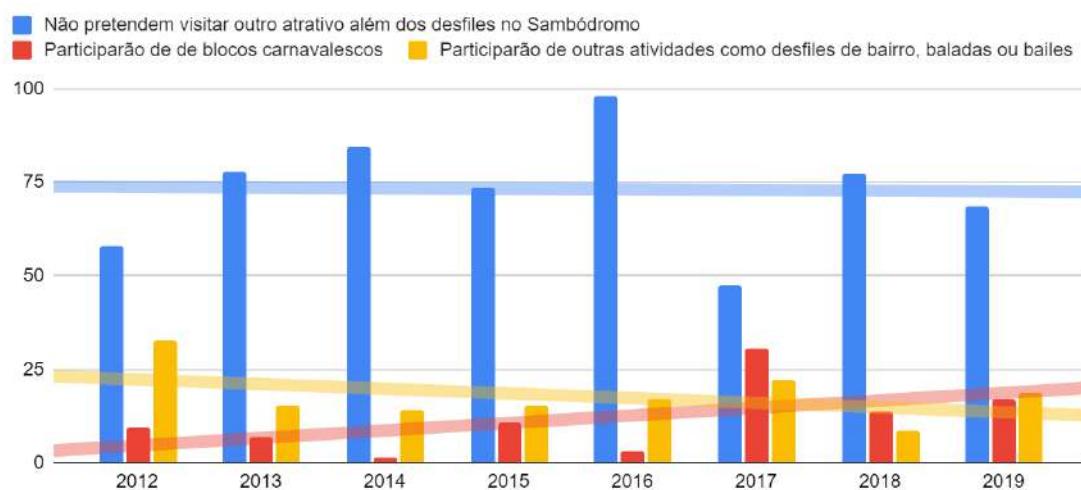
A proposta não teve aderência entre as outras escolas de samba, tendo apenas o G5 trabalhado com hotéis e agências de turismo na atração de turistas. Em 2006, em uma entrevista à Belo (2009) para a composição do artigo "Carnaval das Escolas de Samba:

profissionalização e ação social”, o presidente da Unidos de Vila Maria, Paulo Sérgio Ferreira, disse que atender o turista pode ser um meio de pagar os custos do funcionamento da Escola.

Contudo, de acordo com a SPTuris (apud Belo 2009 pág. 10), nos quatro dias de Carnaval de 2008, apesar de atender um público bem menor que o Carnaval de Rua - cerca de 105 mil pessoas foram até o Sambódromo assistir aos desfiles -, o Carnaval do Sambódromo teve mais expressão midiática e financeira, movimentando cerca de R\$41,5 milhões a mais que as festividades das ruas.

É possível observar ao longo dos anos entre 2012 e 2019 que essa tendência dos foliões do Sambódromo de não frequentarem outras festividades carnavalescas se manteve estável e que os desfiles das escolas de samba foram o seu principal e exclusivo interesse ao visitar a cidade de São Paulo. Mesmo sendo possível observar que com o passar dos anos houve uma leve queda na tendência desses foliões de não participar das festividades de rua, a taxa de espectadores que iriam participar de blocos carnavalescos aumentou de 9,3% para 17,2%, podendo sinalizar que, apesar da popularização do Carnaval de Rua, o interesse sobre o mesmo vindo do público que já participava do Carnaval do Sambódromo não se alterou muito.

Gráfico 1 - Pesquisa Observatório do Turismo no Sambódromo (2012 - 2019)



Fonte: Observatório de Turismo, 2012 - 2019.
Elaborado pela autora, 2022.

A cidade de São Paulo não era reconhecida pela celebração do Carnaval fora dos sambódromos e durante esse período, segundo Machini e Roza (2018), começam a surgir alguns agrupamentos que saem da capital para aproveitar o Carnaval de Rua em outros

espaços, como cidades no interior de São Paulo ou Minas Gerais e que posteriormente, a partir de 2013 passam a diminuir, mostrando que o Carnaval de Rua em São Paulo voltou a ser uma opção procurada pelos paulistanos.

Para Silva (2020), outros eventos que ocorrem em São Paulo durante os anos 2000 como a Virada Cultural e a realização de outras festas em espaços públicos são o prelúdio da retomada do Carnaval de Rua em São Paulo

“[...] e o surgimento de inúmeros coletivos com temáticas urbanas como o MUDA_coletivo (2012), SampaPé (2013), A Batata Precisa de Você (2014), entre outros. Além de coletivos de festas em espaços públicos da cidade, que muitas vezes aconteciam de forma clandestina, isto é, sem a autorização da prefeitura, como Voodoohop (2009), Calefação Tropicais (2010) e Festival Baixo Centro (2012).” (Silva 2020, pág. 16).

Para Varga (2020) a retomada das massas para celebrar, não só o Carnaval mas outras festas também, se torna mais expressiva após um esforço da classe média paulistana que, baseada nas experiências anteriores coletadas em carnavais de outras cidades, passa a sair pelas ruas na tentativa de construir um Carnaval de Rua em São Paulo. Além disso, com as manifestações de 2013, a população volta a ocupar o espaço público de forma mais expressiva, dando sinais da “conscientização dos impactos da cidade na vida das pessoas e a redescoberta da ocupação das ruas como ferramenta de protesto poderosa, renovando sua aura subversiva” Varga (2020, pág. 29).

Devido ao caráter clandestino que muitas festas tinham, o então prefeito Gilberto Kassab (PFL/DEM) proibiu o desfile do bloco Acadêmicos do Baixo Augusta. Isso fez com que o “Manifesto Carnavalista”, uma carta escrita por mais de 30 blocos de Carnaval paulistanos e apoiado por foliões, fosse entregue à prefeitura pedindo pelo reconhecimento e apoio para a realização da festa.

Além disso, o interesse da classe média em ver o retorno dos blocos aconteceu porque, segundo Machini e Roza (2018), as rodas de samba que começam nos bairros de Pinheiros, Vila Madalena e região central tentam resgatar o samba tradicional e esse Carnaval de Rua que ocorreu nos anos 60. Contudo, sendo os cordões originalmente manifestações de imigrantes e negros, surgem questionamentos e conflitos sobre o que deve ser e o que o Carnaval paulistano representa, principalmente ao se considerar onde e de quem ele ressurge

no início do século XXI.

O resgate do nome “Carnaval de Rua” constitui a própria disputa sobre o que é, ou pode ser, o carnaval. Ao reivindicar a rua em sua designação, o carnaval mostra que disputa um espaço simbólico sobre a cidade e sobre si. Quando recebe a influência dos carnavais que ocupam os espaços públicos em outros locais, ao construir ambientes de pesquisa do samba paulista e ao incorporar uma massa de ritmistas dispostos a estar pela cidade, a festa vai entrando em discussões e posturas amplas sobre os propósitos, expectativas e consequências da folia nas ruas. (Machini e Roza, 2018).

De acordo com Antonucci e de Souza (2020) essas disputas sobre o Carnaval se dão também pelo desejo de ter espaços de encontro na cidade de São Paulo visto que, normalmente, as ruas da capital são apenas para servir a sua funcionalidade de ser uma via para o destino, sem agregar a parte de ocupação e uso de lazer, gerado principalmente porque os cidadãos ainda têm inseguranças sobre estar na rua. Portanto, a volta do Carnaval de Rua, ou outros eventos que promovem essa ocupação, estão transformando esses espaços em ambientes libertários das expressões culturais diversas da cidade, permitindo que os moradores se sintam mais confortáveis e criem para as ruas um senso novo e diferente quanto ao seu uso, além do afloramento do pertencer por poder expressar sua diversidade nas ruas sem, em teoria, sofrer das represálias que o preconceito normalmente as traria.

Inicia-se então a interferência do poder público sobre o Carnaval de Rua. Inúmeras reuniões com associações de bairro, conselhos e Consegs foram feitas, tanto com pautas em prol ou contra o carnaval, debatendo questões como o direito de ir e vir, limpeza pública, conforto acústico, direito a lazer, entre outros. Assim, conclui-se que o Carnaval deve ser visto como uma política pública que preserva seu caráter de manifestação cultural popular tendo assistência pública para as questões de infraestrutura urbana, mobilidade, limpeza e segurança.

Juntamente a isso, houve ações de publicidade institucional confirmado a existência do Carnaval de Rua em São Paulo, partidas prefeitura e do então prefeito Fernando Haddad, que validaram, enquanto poder público, a expressividade do evento e cujo apoio, permitiria que o Carnaval continuasse acontecendo com estrutura e segurança.

Para de Paula e Souza (2020) o Carnaval de Rua como uma política pública precisa considerar a diversidade da cidade e não deve estabelecer uma relação autoritária para com os moradores dado que é este que compõe e produz a cultura do evento. E segundo Burgos (2020) o desafio das prefeituras que organizam o Carnaval é identificar quais são as medidas

mínimas a serem adotadas, seja para aumentar os efeitos econômicos ou culturais do carnaval.

Por fim ocorre a regulamentação dos blocos de Carnaval pela prefeitura da cidade através do Decreto 54.815, de 5 de fevereiro de 2014, que em seu Art. 6º define a criação da Comissão Intersecretarial, composta pelos órgãos e entidades municipais e atribuindo a eles as correspondentes obrigações na organização do evento.

Posteriormente ele é revogado em detrimento do Decreto 56.690, de 7 de dezembro de 2015, que alterou os arts. 1º, 2º, 4º, 6º, 7º, 8º e 9º que se referiam respectivamente a definição do Carnaval de Rua, a obrigatoriedade dos blocos e cordões de se manter no itinerário proposto, a definição do período em que as manifestações carnavalescas poderiam ocorrer, inseriu novas responsabilidades e agentes na comissão (indicadas na tabela acima), benefícios disponíveis para os blocos através da adesão do Plano de Apoio ao Carnaval de Rua da Cidade de São Paulo e delegou autonomia para as Secretarias e Subprefeituras editarem normas complementares quando necessárias.

Em 2017 o decreto Nº 57.916 substitui o de 2015 e em 2019 é publicado o decreto Nº 58.857 que alterou os incisos I e II do artigo 4º:

Art. 4º No regramento das atividades e de sua dinâmica será resguardado o conjunto de características próprias do Carnaval de Rua da Cidade de São Paulo, devendo ser observado o seguinte:

I - a realização de eventos dos blocos, cordões, bandas e demais manifestações do Carnaval deverá ser previamente autorizada pelos órgãos competentes por ato específico que conterá informações sobre organizadores, horário, locais e períodos de duração, observadas as disposições do Decreto nº 49.969, de 28 de agosto de 2008, que regulamenta a expedição de alvará de autorização para eventos públicos e temporários;(Redação dada pelo Decreto nº 59.019/2019).

II - os blocos e demais manifestações do Carnaval de Rua poderão realizar ensaios na Temporada de Carnaval, conforme definido pelo Guia de Regras e Orientações Gerais;(Redação dada pelo Decreto nº 59.019/2019).

E os incisos I, II e III do artigo 6º referentes ao papel da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), da Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR) e da Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB).

Além disso, o mesmo decreto regulamentou os blocos e assemelhados, causando a partir daí um aumento expressivo de registros de "bloquinhos" na cidade, que, segundo Antonucci (2020), demandou a criação de ações para distribuir melhor o fluxo dos foliões durante o carnaval, capilarizando-os para subprefeituras periféricas, chegando até mesmo a proibir que novos blocos surgissem em bairros como Sé, Pinheiros, Vila Mariana e Lapa, para evitar superlotação em determinadas áreas.

Sapia (2014) acrescenta que a retomada do Carnaval se dá também pela redescoberta dos blocos carnavalescos pela juventude. Redescoberta essa que se deu com a presença dos blocos nas redes sociais, principalmente porque essas organizações, através dos seus perfis, conseguiram reformar e restabelecer o vínculo afetivo com o Carnaval de Rua.

Para Varga (2020), o campo das redes sociais permitiu o fomento do Carnaval de Rua justamente porque, além de ferramenta de organização pessoal dos foliões que podiam se programar de acordo com as informações postadas pelos blocos, eles podiam se encontrar em meio a multidão mais facilmente, graças às opções de compartilhamento de localização com amigos, além de criar um banco de imagens e vídeos compartilhando os momentos vividos no Carnaval de Rua, capaz de incentivar mais pessoas a se interessar pelo evento.

Assim, segundo o Observatório de Turismo, o Carnaval de Rua em 2015 recebeu um aumento notável do fluxo de comentários nas redes sociais e atingiu a audiência de 9,3 milhões naquele ano, cerca de 4,7 milhões a menos que a audiência dos desfiles das escolas de samba, mas o suficiente para ser contemplado pela pesquisa do Observatório.

Perez, Teixeira e Godoy (2020) também observam que as articulações dos blocos nas redes sociais reforçam uma ritualidade fundada em um protocolo carnavalesco baseado na liberdade sem julgamento e sem espaço para o vedado, no incentivo do inusitado que sai do processo diário, fatores que inegavelmente atraem especialmente os jovens entre 18 e 24 anos para a celebração os tornando cerca de 32% dos foliões de 2019. (Observatório de Turismo, 2019).

Outro fato importante da retomada do Carnaval ocorreu em 2017, sob gestão do então prefeito João Doria (PSDB), foi a percepção de que o Carnaval de Rua de São Paulo estava crescendo além das medidas. Na edição daquele ano, em entrevista a Veja (2017), o prefeito afirmou que cerca de 750 mil foliões estavam presentes nos Blocos de Carnaval no sábado do dia 18 de fevereiro, o triplo de público estimado pela Prefeitura, sem agentes suficientes para

lidar com as questões de trânsito, segurança e limpeza urbana.

3. O CARNAVAL DE RUA EM SÃO PAULO EM 2020

Segundo divulgado pelo G1 (2020), 865 blocos se inscreveram para 960 desfiles, porém, devido às condições impostas e dificuldade de encontrar patrocínios, apenas 644 blocos conseguiram autorização para realizar 678 desfiles. Ainda assim, de 2019 para 2020, houve 180 blocos e 188 desfiles a mais, representando um aumento de cerca de 38%.

Desses 865 blocos, 38 foram considerados megablocos por atraírem mais de 40.000 pessoas e contaram com a apresentação de artistas como Alceu Valença, Alok, Anitta, Elba Ramalho, Pabllo Vittar, entre outros. A seguir temos a lista dos Megablocos que desfilaram ao longo dos dias de pré-Carnaval, Carnaval e pós-Carnaval.

Tabela 1 - Megablocos do Carnaval de São Paulo de 2020.

Período	Data	Bloco	Concentração
Pré-Carnaval	15/02	Sargento Pimenta	Av. Brigadeiro Faria Lima
		Bicho Maluco Beleza, com Alceu Valença	Av. Pedro Álvares Cabral
		Bloco Frevo Mulher, com Elba Ramalho	Av. Pedro Álvares Cabral
		Casa Comigo	Ipiranga X São João
		Bangalafumenga	Av. Brigadeiro Faria Lima
		Beleza Rara	Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini
	16/02	Toca um samba aí	Rua Henrique Schaumann
		Bloco do Abrava	Av. Marquês de São Vicente
		Monobloco	Av. Pedro Álvares Cabral
		Acadêmicos do Baixo Augusta	Rua da Consolação
Carnaval	21/02	Gambiarra	Rua Henrique Schaumann
		Confraria do Pasmado	Rua dos Pinheiros x Antonio Bicudo
		Bloco Sapequinha da Lexa	Av. Marquês de São Vicente
		Bloco do Alok	Av. Brigadeiro Faria Lima
		Bloco do Fervo	Av. Dumond Vilares
	22/02	Bloco Afro Ilú Obá De Min	Praça da República
		Tarado ni Você	Ipiranga X São João
		Agrada Gregos	Av. Pedro Álvares Cabral
		MinhoQueens	Ipiranga x São João
		Beatloko	Av. Marquês de São Vicente
23/02	Bloco Explode Coração		Av. Ipiranga, 282
		Ritaleena	Dumond Vilares
	24/02	Love Fest	Av. Tiradentes
		Domingo Ela não Vai	Ipiranga X São João
		Pinga ni Mim	Av. Pedro Álvares Cabral

Pós-Carnaval	25/02	Lua Vai	Ipiranga X São João
		Bloco das Gloriosas	Av. Tiradentes
		Bloco da Pablo	Av. Tiradentes
		Galo da Madrugada	Av. Pedro Álvares Cabral
		Bloco Pagu	Ipiranga X São João
29/02	01/03	Navio Pirata com BaianaSystem	Av. Tiradentes
		Bloco Bell Marques na Rua	Av. Pedro Álvares Cabral
		Meu Santo é Pop	Largo do Arouche
		Troça Eletrica com Nação Zumbi	Av. Tiradentes
		Pipoca da Rainha, com Daniela Mercury	Rua da Consolação
01/03		Bloco da Anitta	Av. Pedro Álvares Cabral
		Bloco da Preta	Av. Pedro Álvares Cabral
		Orquestra Voadora	Ipiranga X São João

Fonte: Veja a programação dos blocos de rua do carnaval 2020 em São Paulo (G1, 2020)
Elaborada pela autora, 2022.

Abaixo constam, dividido por região, as principais vias que receberam esses megablocos:

- **Centro:** Avenida Tiradentes, Avenida Marquês de São Vicente, Praça da República, Largo do Paissandu, Largo do Arouche e Rua da Consolação;
- **Zona Norte:** Avenida Luiz Dumont Villares (Santana) e Largo da Matriz (Freguesia do Ó);
- **Zona Oeste:** Avenida Faria Lima, (Pinheiros), Avenida Henrique Schaumann (Pinheiros) e Avenida Paulo VI (Sumaré);
- **Zona Sul:** Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini (Brooklin) e Avenida Pedro Álvares Cabral (entre Moema e Ibirapuera).

Assim, o Carnaval de Rua de 2020 assumiu uma conotação de show em muitos blocos, gerando o caráter multifacetado do evento que contempla diferentes públicos, gêneros e idades. Nas imagens a seguir, divulgadas no Censo dos Blocos de Rua realizado pelo Observatório de Turismo em 2020, podemos ver a pluralidade de interesses do público que frequentaram o Carnaval de São Paulo, ampliando o evento para além do tradicional samba, abarcando diferentes interesses e promovendo a ocupação da cidade por diferentes grupos.

Imagen 1 - Estilo musical predominante



Fonte: Censo dos Blocos de rua, Observatório de Turismo (2020)

Imagen 2 - Natureza/Categoría do Bloco



Fonte: Censo dos Blocos de rua, Observatório de Turismo (2020)

E, por mais que existam casos de insegurança pública, Antonucci e de Souza (2020) reforçam que isso não é motivo de impedimento para os foliões e tampouco reduz a participação dos blocos. Assim, o Carnaval de São Paulo contou com um público de 15 milhões de pessoas que, apesar de ficarem menos tempo e gastarem menos durante sua estadia na cidade, movimentou cerca de R\$ 2,75 bilhões. O que, segundo a Secretaria Especial de Comunicação, através de uma matéria publicada no site Cidade de São Paulo em 2020, representou um crescimento econômico de R\$ 650 milhões, ou seja, 31% a mais que no ano anterior.

Tabela 2 - Comparação dos gastos e tempo de estadia entre os foliões do sambódromo e do Carnaval de Rua de São Paulo.

SAMBÓDROMO					RUAS DE SÃO PAULO				
Ano	Gasto (R\$)	Diárias	Gasto (R\$)	Diárias	Ano	Gasto (R\$)	Diárias	Gasto (R\$)	Diárias
2012	1.201,00	5	-	-	2012	1.201,00	5	-	-
2013	728,00	2,6	-	-	2013	728,00	2,6	-	-
2014	762,00	4,4	-	-	2014	762,00	4,4	-	-
2015	795,00	4,2	619,00	3,8	2015	795,00	4,2	619,00	3,8
2016	617,71	2,2	843,00	4,8	2016	617,71	2,2	843,00	4,8
2017	957,00	3,8	517,00	3,6	2017	957,00	3,8	517,00	3,6
2018	1.151,00	3	663,00	4	2018	1.151,00	3	663,00	4
2019	1.060,00	5	734,00	6	2019	1.060,00	5	734,00	6
2020	-	-	648,19	2	2020	-	-	648,19	2

Fonte: Observatório de Turismo, 2012 - 2020.
Elaborado pela autora

3.1. Estrutura e organização institucional do Carnaval de Rua em São Paulo

O Carnaval de Rua de 2020 foi organizado de acordo com as definições do Decreto

Nº 58.857 de 17 de julho de 2019, que em seus 3 primeiros artigos definem o que é o Carnaval de Rua e determinam que, por se tratar de um “conjunto de manifestações carnavalescas voluntárias, organizadas ou não, gratuitas [...] que ocorrem em diversos logradouros públicos da Cidade” (Art 1º 58.857/2019), ele não deve impedir fisicamente a participação do público com uso de correntes ou cordas e nem segregar um público pela sua escolha de vestuário, assim como o Carnaval não seria impedido de percorrer os itinerários desejados, desde que não houvessem divergências com o interesse público.

No Art. 4º do Decreto se estabelece que para a realização e participação de blocos ou outras de manifestações, seria necessário “a expedição prévia de um alvará de autorização para eventos públicos e temporários”, ficando a encargo da Secretaria Municipal de Cultura disponibilizar o Cadastro das manifestações carnavalescas, podendo estes serem submetidos ao estudo técnicos caso necessário e sendo exigido para este que “informações sobre organizadores, horário, locais e períodos de duração” (Decreto nº 59.019/2019) fossem divulgadas aos órgãos competentes. Além disso, autorizou que durante a Temporada de Carnaval, pudessem ser realizados ensaios das manifestações dentro do que fosse definido pelo Guia de Regras e Orientações Gerais.

Outro ponto importante do Art. 4º é o estabelecimento de prioridade dos cortejos ou desfiles que se movem pela cidade em detrimento dos blocos ou manifestações que permanecem estacionados em um lugar. Ou seja, as manifestações que permitissem o fluxo e movimentação dos foliões teriam mais chances de receberem alvará.

Sendo assim, a participação no Carnaval de Rua estava condicionada ao cadastramento prévio e o descumprimento do decreto resultaria na proibição do registro.

Com o Art. 5º do Decreto ficou estabelecido que os objetivos da Comissão Organizadora seriam: 1º) dialogar com os responsáveis pelas manifestações carnavalescas e possíveis atores interessados no Carnaval, como comerciantes e moradores; 2º) planejar o evento, com base nos cadastros voluntários, de maneira que os impactos negativos fossem mínimos e os positivos fossem máximos; 3º) regulamentar as atividades carnavalescas; 4º) sugerir parcerias com a iniciativa privada e/ou outras entidades para a viabilização do evento; 5º) definir datas, horários e itinerários juntamente com os órgãos competentes; 6º) adequar, quando necessário, os horários, itinerários e datas propostas pelos blocos através do cadastro voluntário.

Assim, para atingir esses objetivos, ficou definido no Art. 6º que a Comissão Intersecretarial para a realização e organização do Carnaval de Rua seria composta das 10 Secretarias indicadas abaixo:

1. Secretaria Municipal de Cultura (SMC), sendo responsabilidade dela a coordenação da Comissão Intersecretarial, tendo o principal papel no planejamento do Carnaval de Rua, compondo diretrizes gerais da dimensão cultural do evento, avaliando possíveis exceções às restrições devido ao caráter, organizar o cadastro dos participantes do Carnaval e elaborar o “Guia de Regras e Orientações Gerais do Carnaval de Rua da Cidade de São Paulo”, além de estar a frente das contratações necessárias para a operacionalização do evento.
2. Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR), sendo responsabilidade dela auxiliar na orientação aos visitantes e monitorar, através de pesquisas e levantamentos, os resultados do turismo gerado pelo Carnaval de Rua.
3. Secretaria Municipal das Subprefeituras (SMSUB), sendo responsabilidade dela, juntamente com a Guarda Civil Metropolitana, a fiscalização do comércio de rua irregular durante o evento e, em conjunto com a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) e as Subprefeituras, fiscalizar a limpeza das vias públicas e gestão dos resíduos recolhidos.
4. Secretaria Municipal da Saúde, sendo responsabilidade dela a gestão e planejamento do atendimento de ambulâncias durante o evento dentro do plano de atendimento estabelecido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), da mobilização da rede de hospitais dos bairros para o atendimento em casos extraordinários e realizar campanhas de conscientização e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e do uso de drogas.
5. Secretaria Municipal de Segurança Urbana, sendo responsabilidade dela desenvolver um plano de cooperação entre as forças policiais, executar operações de segurança nas áreas dos desfiles e trabalhar em conjunto com as Subprefeituras para desenvolver um plano de atuação local com foco no comércio de rua.
6. Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, sendo responsabilidade dela avaliar os itinerários propostos pelas manifestações carnavalescas e como

estes iriam impactar a mobilidade nas vias, além de preparar a sinalização e comunicação nas vias durante o evento.

7. Gabinete do Prefeito, por meio do Secretário Especial de Comunicação, sendo responsabilidade dele desenvolver, em conjunto com a comunicação, a comunicação visual do evento, além de também divulgar a programação do Carnaval de Rua.
8. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, sendo responsabilidade dela promover campanhas sobre os direitos humanos além de divulgar os meios de denúncia.
9. Secretaria Municipal de Licenciamento, sendo responsabilidade dela analisar os pedidos de uso do espaço público para a realização de eventos temporários.
10. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, sendo responsabilidade dela “analisar processos relativos à paisagem urbana, por meio da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana - CPPU.” (Decreto nº 59.096/2019).

Além disso, segundo uma notícia escrita pela Secretaria Especial de Comunicação para o site Cidade de São Paulo em 2020, foram realizadas mais de 30 reuniões entre a comissão e diversos departamentos de segurança pública, transporte, saúde, turismo, comunicação, direitos humanos e representantes dos blocos de Carnaval para a organização do megaevento.

Ainda segundo a matéria publicada, a Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes desenvolveu um esquema especial de transporte público para a população, envolvendo a suspensão em período integral do Rodízio Municipal, a suspensão da abertura da Avenida Paulista para pedestres nos dias 16, 23 e 25 de fevereiro e 1º de março, a liberação da circulação de veículos e táxis nas Faixas Exclusivas e Corredores de Ônibus durante os 25 e 26 de fevereiro, a suspensão da Zona Azul no entorno do Parque Ibirapuera durante o pré- Carnaval (15, 16, 22, 23, 24 e 29 fevereiro e 1º de março de 2020) e a suspensão em toda a Capital no dia 25, terça-feira de Carnaval.

A Companhia de Engenharia de Tráfego também aumentou o número de agentes de trânsito, de viaturas e de PMVs (Painéis de Mensagem Variável) a fim de informar sobre as alterações de trânsito e melhorar a mobilidade dos motoristas, ciclistas e pedestres. Além

disso, a CET realizou bloqueio de ruas, desvios e monitoramento para garantir a fluidez da circulação de veículos e a mobilidade de moradores e foliões.

E, a Secretaria Municipal de Segurança Urbana durante todo o período do Carnaval monitorou os blocos com o auxílio de quatro drones a fim de identificar conflitos e auxiliar a CET. A Prefeitura também contou com o videomonitoramento do programa City Câmeras, projeto das Secretarias de Segurança Urbana e Inovação e Tecnologia que instalou mais de 10 mil câmeras em São Paulo e integrou as câmeras de segurança residencial e de pontos comerciais ao sistema de vigilância que são transmitidas para o Comando da Guarda Civil Metropolitana, Polícia Militar e Civil (Secretaria Especial de Comunicação, 2020).

Além disso, no que tange a segurança, a Polícia Militar afirmou em entrevista para o G1 (2020) que aumentou em 25% o policiamento ostensivo durante o evento, resultando em mais de 10 mil policiais por dia nas ruas, uso de 15 drones e um computador de reconhecimento facial para o monitoramento dos blocos, cordões e do sambódromo.

Já a CPTM e Metrô (G1, 2020), além de aumentarem o número de colaboradores nas estações e de acessos de saída e entrada e da organização com grades do fluxo de passageiros, houve também o aumento de trens em circulação e diminuição do intervalo de 15 para 8 minutos em todas as linhas, com exceção da Linha Jade e entre Jundiaí e Francisco Morato (Linha Rubi) e entre Itapevi e Amador Bueno (Linha Diamante).

Em alguns casos estações como a Tiradentes ficaram fechadas das 12h00 às 19h00 por conta da circulação de Megablocos na Avenida Tiradentes, já outras estações como a Luz tiveram o acesso disponível apenas pela Rua Mauá a partir das 14h00.

Segundo a matéria do G1 (2020), a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo (EMTU) e a SPTrans desativaram temporariamente os pontos de ônibus das ruas onde passariam os blocos e programaram o desvio de 110 e 730 linhas, respectivamente.

Segundo o Ministério Público do Trabalho (2020) prevendo a tendência de aumento do trabalho infantil durante o carnaval, onde muitas crianças e adolescentes são vistos trabalhando como vendedores ambulantes, catadores de latinhas e guardadores de carros, foram identificados 90 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no Carnaval de Rua de São Paulo em 2019 (Secretaria Especial de Comunicação, 2020). A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) realizou campanhas em locais de concentração dos foliões a fim de conscientizá-los sobre o combate ao trabalho infantil e

trabalhou com mais de 600 orientadores socioeducativos para identificar crianças e adolescentes não só na condição de trabalho como também de abuso sexual.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) realizou também, através do programa Anjos do Carnaval, a identificação de violências contra minorias como também teve ações de sensibilização sobre temas como a comunidade LGBTQIA+, Combate ao Racismo, Juventude, Criança e Adolescente, População em Situação de Rua e Assédio, além da instalação de tendas de acolhimentos com profissionais de diversas áreas.

O programa Anjos do Carnaval foi uma parceria da Catraca Livre, Rua Livre com a Prefeitura de São Paulo além de contar com o apoio da ONU Mulheres, da Comissão da Mulher Advogada, da ONG Engajamento e dos coletivos Não é Não e Mete a Colher (Catraca Livre, 2020).

Segundo a Secretaria Especial de Comunicação (2020), a Prefeitura distribuiu 5 mil pulseiras de identificação para os pais ou responsáveis colocarem nos pulsos de suas crianças e evitem desaparecimentos onde era possível registrar o nome da criança, idade, nome dos pais/responsáveis e número de telefone para contato.

Quanto à saúde, contou-se com a iniciativa Ônibus Lilás que ficou estacionado na Praça do Patriarca para a distribuição de preservativos masculinos e femininos e forneceu aconselhamento sobre assédio e violência contra as mulheres de uma psicóloga e uma assistente social.

Além disso, foram montados 20 postos médicos em localidades conhecidas por terem grande concentração de pessoas nos dias de evento. Cada posto médico contou com 10 profissionais, sendo dois médicos, um enfermeiro e sete técnicos de enfermagem. Somado a isso, teve 100 ambulâncias em cada dia de evento, divididas em 30 ambulâncias UTI e 70 ambulâncias de suporte básico para atendimento dos visitantes e munícipes que participaram dos desfiles.

No que se refere à infraestrutura sanitária temporária, durante 8 dias de desfiles, em média 2.750 unidades de banheiros químicos foram instalados nas subprefeituras por onde passariam os blocos, sendo mais de 250 unidades destinadas a portadores de necessidades especiais.

De acordo com o Guia de Regras e Orientações Gerais aos blocos desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura em 2019, a temporada de Carnaval 2020 ficou dividida da seguinte forma:

Imagen 3 - Temporada de Carnaval 2020.

Período de atividades prévias	Período de desfiles oficiais de blocos, bandas e cordões carnavalescos		
sábados e domingos, de 11 de janeiro a 9 de fevereiro <small>exceto 25 de janeiro, Aniversário de São Paulo</small>	pré-carnaval 15 e 16 de fevereiro	carnaval 22, 23, 24 e 25 de fevereiro	pós-carnaval 29 de fevereiro e 1º de março
			datas tradicionais*
<small>*datas excepcionais expressamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Cultura, resguardando as tradições e relevância histórica e/ou cultural</small>			

Fonte: Guia de Regras e Orientações Gerais aos blocos, 2019.

E o período de cadastro dos blocos foi de 09 a 30 de setembro de 2019 sendo necessário enviar “itinerário, horário, previsão do número de foliões, identificação das pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pelo desfile, perfil do bloco e demais informações” (Guia de Regras e Orientações Gerais aos blocos, 2019).

Como ficou a critério de cada bloco escolher itinerário e horário, foi estabelecido que cada bloco observasse: 1) as condições da via por onde o desfile passaria, levando em consideração o pavimento, calçamento, fiação e mobiliário urbano; 2) as restrições físicas como entradas e saídas de carros, largura das vias, proximidade de hospitais e configurações que poderiam ocasionar quedas ou que impossibilitariam a fuga em casos de riscos, como pontes e viadutos ou presença de muros e ruas sem saída; 3) as Restrições de Zoneamento vigentes; 4) a expectativa de público e alcance da sonoridade além das dimensões do trio elétrico e a realização de outras atividades. Além disso, trios não foram permitidos em Zonas Estritamente Residenciais e recomendou-se que os sons dos trios fossem desligados até às 19h00.

Ficou definido que os trios deveriam ser compatíveis com as vias, verificando a existência de fiação e rede aérea ou árvores que bloqueassem a visão ou trânsito dos veículos, atendendo as sinalizações e especificidades e não bloquear o raio de giro, que estes tivessem altura total de 4,20 metros, necessitando obrigatoriamente de Autorização Especial de Trânsito com 30 dias de antecedência.

A aprovação do desfile ficou sujeita a Secretaria Municipal de Transportes e ficou obrigatório para blocos acima de 40.000 pessoas o envio de um Plano de Operação e Segurança.

Na imagem a seguir está esboçado as obrigatoriedades relacionadas a segurança das manifestações carnavalescas de acordo com a estimativa de público esperado.

Imagen 4 - Obrigatoriedades dos Blocos por estimativa de público

participantes	estimativa de público	obrigatoriedades
blocos, cordões carnavalescos, bandas ou similares	até 5.000 pessoas	cordeiros a cada 2m, sem obrigatoriedade de bombeiro civil e segurança
	5.000 - 15.000 pessoas	cordeiros a cada 2m, 1 bombeiro civil, 2 seguranças, equipe de produção com no mínimo 3 membros
	15.000 - 40.000 pessoas	cordeiros a cada 2m, 2 bombeiros civis, 4 seguranças, equipe de produção com no mínimo 5 membros.
	mais de 40.000 pessoas	apresentar Plano de Operação e Segurança para o desfile, considerando segurança, resgate, isolamento, orientação de público e equipe de produção (plano fica sujeito à aprovação dos órgãos competentes e da Comissão Intersecretarial)

Fonte: Guia de Regras e Orientações Gerais aos blocos, 2019.

O isolamento dos trios e veículos de apoio com cordas foi obrigatório, tendo a equipe responsável manter distância mínima de 1 metro nas laterais e 3 metros à frente e atrás entre os veículos e o público para evitar que o público e cordeiros se aproximassesem demais dos veículos.

Sendo assim, ficou sob responsabilidade da organização do bloco atender as exigências feitas pela equipe de fiscalização, corrigindo irregularidades, zelando pela segurança dos foliões e os informando, em tempo hábil, de qualquer alteração ou cancelamento.

Em 2019, a Secretaria Municipal de Cultura realizou um Edital para encontrar um patrocinador para o Carnaval de Rua com a finalidade de arrecadar cerca de R\$20.951.560,00 para o custeio dos itens indicados na tabela a seguir.

Tabela 3 - Estimativa de itens de Infraestrutura e Serviços (Total e Custo).

Item	Qtd total	Unidade	Média valor unitário	Valor total
Estrutura				
Grades	52000	diária 24h	R\$ 10,00	R\$520.000,00
Fechamento Metálico - Tapume	11800	diária 24h	R\$ 35,00	R\$413.000,00
Banheiro STD	25148	diária 24h	R\$ 196,67	R\$4.945.773,33

Banheiro PNE	2650	diária 24h	R\$ 230,00	R\$609.500,00
Treliça Q30	23040	diária 24h	R\$ 41,67	R\$960.000,00
Metalon	28392	m linear / período	R\$ 4,33	R\$123.032,00
Tenda 5X5m piso vinílico	240	diária 24h	R\$ 1.300,00	R\$312.000,00
Tenda 4x4m piso 10 cm	92	diária 24h	R\$ 1.300,00	R\$119.600,00
Gerador 80kVA	120	posto / 12h	R\$ 1.233,33	R\$148.000,00
Cavalete	52000	diária 24h	R\$ 10,67	R\$554.666,67
Cone	4000	diária 24h	R\$ 12,33	R\$49.333,33
Super Cone	14400	diária 24h	R\$ 29,33	R\$422.400,00
kit 06 mesas 24 cadeiras plásticas	212	diária 24h	R\$ 450,00	R\$95.400,00
Ventilador	360	diária 24h	R\$ 200,00	R\$72.000,00
climatizador	120	diária 24h	R\$ 316,67	R\$38.000,00
Pia	120	diária 24h	R\$ 550,00	R\$66.000,00
Serviços				
Segurança	7077,2	posto / 12h	R\$ 370,00	R\$2.618.564,00
Bombeiro Civil	1520	posto / 12h	R\$ 316,67	R\$481.333,33
Carregador	584	posto / 12h	R\$ 236,67	R\$138.213,33
Limpeza	480	posto / 12h	R\$ 236,67	R\$113.600,00
Eletricista	120	posto / 12h	R\$ 1.850,00	R\$222.000,00
Logística veículos carro / caminhão	64	posto / 12h	R\$ 1.233,33	R\$78.933,33
Catering COPOM/CET	880	serviço pax / 2h	R\$ 25,67	R\$22.586,67
Pesquisa	1	un / período	R\$ 22.333,33	R\$22.333,33
Ambulância UTI	294	posto / 12h	R\$ 2.333,33	R\$686.000,00
Ambulância remoção	666	posto / 12h	R\$ 1.633,33	R\$1.087.800,00
Posto Médico	120	posto / 12h	R\$ 12.333,33	R\$1.480.000,00
Monitor de Trânsito - CET	5000	posto / 12h	R\$ 250,00	R\$1.250.000,00
Carro de som - Bloco Comunitário	80	diária / 8h	R\$ 3.500,00	R\$280.000,00
Equipe de Foto e Filmagem	8	un / período	R\$ 10.000,00	R\$80.000,00
Material				
Água - caixa 48 copos	5936	un	R\$ 17,00	R\$100.912,00
Kit Lanche	32000	un	R\$ 12,33	R\$394.666,67
Plotagem digital	16465,2	m ²	R\$ 60,00	R\$987.912,00
Camiseta	3000	un	R\$ 20,67	R\$62.000,00
Blimp	240	un / 24h	R\$ 3.500,00	R\$840.000,00
Letra caixa Hashtag	4	un	R\$ 16.333,33	R\$65.333,33
Fita Zebrada	1000	un	R\$ 10,67	R\$10.666,67

Banner e Faixa de trânsito	8000	m	R\$ 60,00	R\$480.000,00
			TOTAL:	R\$20.951.560,00

Fonte: Edital de Pregão Eletrônico Nº 77-SMC-G-2019

Além do patrocínio financeiro, outra condição foi o comprometimento com o combate ao trabalho infantil uma vez que, como citado anteriormente, no período do Carnaval foram identificados crianças e adolescentes em situação de vendedores ambulantes. Além disso, foi recomendado que o Patrocinador estimulasse campanhas de conscientização e ações de combate ao assédio sexual e prevenção de DSTs, de conscientização de recolhimento de lixo e outras.

Em contrapartida a empresa Ambev, que foi a patrocinadora oficial do Carnaval de Rua de 2020, teve direito ao credenciamento de até 12.000 vendedores ambulantes para comercializar os seus produtos, tendo sido necessário fornecê-los kit com materiais que os foliões e agentes municipais pudessem identificá-los e a divulgação da marca no evento em materiais impressos e digitais produzidos pela Secretaria Municipal de Cultura e que estavam presentes em: a) 1.000 totens de Comunicação; b) 200 Faixas de Sinalização Informativas; c) 30 unidades de Infláveis e/ou Blimps; d) 4 ações instagramáveis; e) exibição de vídeo/vinheta de 1 minuto na abertura do evento; f) link redirecionado no website oficial, nas mídias sociais do evento e da Prefeitura de São Paulo, tendo direito a também escolher locais de concentração e dispersão dos foliões para expor sua marca.

Ainda no documento do Edital, é deixado claro que os direitos de exploração publicitária do Patrocinador Oficial do Carnaval não contemplava a ativação da marca na área dentro da corda dos Blocos de Rua, devendo estes buscarem seus próprios patrocinadores.

3.2. Experiência recente

Para a realização do levantamento da experiência proporcionada pelo Carnaval de Rua de 2020 para os foliões, utilizamos a ferramenta de pesquisa “intervalo de tempo personalizado” do Google para mapear notícias e entrevistas lançadas, além de depoimentos em meios de comunicação através da busca dos nomes dos mega blocos que desfilaram em São Paulo. O período determinado para o recorte temporal foi de 15 de fevereiro de 2020, primeiro dia da Temporada de Carnaval de Rua, até 16 de março de 2020, quando os primeiros casos de Covid-19 anunciavam a chegada da pandemia no país.

Durante o período citado foram levantados diversos pontos de insatisfação e problemas com a organização do Megaevento.

O comércio e o trabalho informal fazem parte do Carnaval uma vez que o evento e o fluxo de turistas são vistos como uma oportunidade para aumentar a renda de pessoas e suas famílias, em especial de trabalhadores que se encontram desempregados ou em empregos precarizados.

E, como citado anteriormente, a patrocinadora oficial do Carnaval de Rua de 2020, Ambev, pôde credenciar mais de 12 mil pessoas para comercializar suas bebidas durante a Temporada de Carnaval. Os ambulantes receberam um kit composto por um isopor, um guarda-sol e desconto em produtos da patrocinadora para realizar a venda em blocos carnavalescos.

Contudo, o credenciamento não garantiu boas vendas já que, em matéria para o EXTRA (2020), alguns ambulantes reclamaram não conseguir vender bem nos blocos e disseram que grande parte do público trazia de casa as suas bebidas.

Outro ponto levantado pelos ambulantes foi que a falta de vínculo empregatício com a Ambev consequentemente não os amparou legalmente, os levando a trabalhar sem uma entidade que se responsabilizasse pela sua segurança e acabaram assumindo possíveis prejuízos.

“o ambulante vai figurar como se fosse empresa, imagina contrato entre empresas com a prefeitura no meio, porque efetivamente ele está explorando uma atividade econômica com o produto da ‘parceira’. Como se fossem duas empresas se relacionando, sem direito trabalhista nenhum”. Patrícia Almeida Ramos para Brasil de Fato. (EXTRA, 2020, incluir pág.)

Segundo Brasil de Fato (2020), em nota, a Ambev se disse responsável apenas pelo cadastro e credenciamento dos ambulantes e que a fiscalização das condições de trabalho era de responsabilidade da Prefeitura de São Paulo, mas essa também se absteve da responsabilidade.

Outro ponto identificado foi a contratação informal de moradores de rua da cidade de São Paulo para montagem e desmontagem de banheiros químicos no dia 29 de fevereiro em Moema. Em entrevista para a Ponte Jornalismo (2020) eles alegaram que funcionários da Time Serviços – Limpeza e Serviços Gerais, foram até centros de acolhimento da prefeitura

para recrutar e contratar de maneira informal pessoas interessadas em prestar os serviços de montadores, carregadores e agentes de limpeza em troca de R\$ 60 por 12 horas de trabalho.

Dayane Silva, sócia da empresa, afirmou para a Ponte (2020) que a empresa forneceu uniforme, luvas e capa de chuva bem como “café da manhã, refeição e remuneração diária para 10 horas de trabalho e sem nenhum tipo de desconto ao término da jornada”. Segundo a matéria publicada, não existia nenhum contrato entre a Time Serviços e a SPTuris.

Outra empresa acusada de não pagar adequadamente os trabalhadores contratados foi a A.V.A Serviços que, segundo a matéria, era responsável pela limpeza de postos médicos e brigadistas caso houvesse demanda. Segundo a matéria, a empresa tinha contrato, que não está mais disponível para acesso, com a SPTuris onde estava acordado que a empresa poderia contratar até nove mil diárias de 12 horas para prestação de serviços de limpeza em eventos, cada uma com valor unitário de R\$ 139. O documento também previa a obrigatoriedade de fornecer calça comprida, camiseta e sapato/botina de couro padrão EPI (Equipamentos de Proteção Individual). No total foram destinados R\$ 1.251.000,00 à empresa.

Contudo, colaboradores entrevistados afirmaram ter carregado sanitários por cerca de R\$ 50 por dia trabalhado, sem terem recebido transporte, alimentação ou equipamentos adequados. Um dos entrevistados cita:

“Do jeito que você chega, você vai trabalhar. Não tem bota, luva, avental, máscara [...] A gente carrega banheiro sujo de urina e fezes. Na hora de suspender o banheiro [para o caminhão] ele vaza tudo”. Colaborador da A.V.A. Serviços.

A empresa negou que houve a contratação de mão de obra abaixo do combinado em contrato e afirmou que os equipamentos necessários foram fornecidos aos colaboradores.

Outro ponto levantado foi a dificuldade de alguns blocos, em especial os megablocos, de manter sob controle o público devido à quantidade de foliões que acompanhavam o desfile.

Como orientado no Guia de Blocos composto pelo Secretaria de Cultura, blocos com mais de 5,2 metros de altura ficaram proibidos devido às questões de infraestrutura das vias onde ocorreriam os desfiles, sendo que estes poderiam passar muito perto da fiação. A imagem a seguir foi noticiada pelo G1 (2020), nela é possível ver a proximidade de alguns foliões a fiação elétrica da Avenida Berrini.

Imagen 5 - Foliões em cima do trio, passando bem próximo dos cabos de energia na Avenida Berrini.



Fonte: "Trios esbarram em fiação elétrica na Berrini e Prefeitura impõe limite de altura; foliões enfrentam riscos no pré-carnaval". G1, 2020.

A Prefeitura de São Paulo proibiu trios com mais de 5,2 metros de altura e intensificou a fiscalização. Em nota, a gestão municipal informou que para o Carnaval de 2020 "os trajetos são planejados de acordo com dados de tamanho de trios elétricos e estrutura informados pelos organizadores dos blocos" e que a "Comissão do Carnaval irá reorientar os blocos e reforçar a importância do cumprimento dos termos acordados para garantir a segurança tanto de trabalhadores quanto de foliões, bem como o bom andamento dos desfiles".

Além disso, cada bloco ficou responsável pela contratação de equipes para a realização dos desfiles. Assim, de acordo com o G1, o bloco Acadêmicos dos Baixo Augusta, considerado o maior bloco de São Paulo, teve cerca de 650 pessoas trabalhando para o funcionamento dos cinco trios elétricos, desde 18 músicos a 103 seguranças e 290 cordeiros para atender cerca de 1 milhão de foliões.

Outro exemplo foi o Bloco da Pabllo onde, tendo desfilado com um público de 1 milhão de pessoas na Avenida Tiradentes no dia 25 de fevereiro, a equipe do bloco muitas vezes teve dificuldade de manter os foliões fora da área delimitada pela Comissão organizadora.

Imagen 6 - Pessoas dentro da área dos cordões.



Fonte: “Forte chuva interrompe bloco da Pabllo Vittar uma hora antes do previsto”. OUL, 2020.

Imagen 7 - Funcionários e bombeiro civil mantendo foliões para trás do cordão.



Fonte: “Forte chuva interrompe bloco da Pabllo Vittar uma hora antes do previsto”. OUL, 2020.

Imagen 8 - Funcionários com dificuldade em manter os foliões distantes do carro.



Fonte: Vídeo “Megablocos no Carnaval: Bloco da Pabllo Vittar”. Youtube, 2020

E, pela quantidade de pessoas na Avenida, os foliões e vendedores ambulantes acabavam por subir nas estruturas e equipamentos, fosse para ver melhor ou para ter mais espaço para se movimentar ou respirar.

Imagen 9 - Vendedor ambulante sobe na caixa de isopor durante o bloco da Pablo



Fonte: “Forte chuva interrompe bloco da Pablo Vittar uma hora antes do previsto”. UOL, 2020

Imagen 10 - Foliões em cima das barreiras de concreto durante o desfile



Fonte: “Forte chuva interrompe bloco da Pablo Vittar uma hora antes do previsto”. UOL, 2020.

Outro exemplo ocorreu durante os desfiles na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, onde foliões subiram em equipamentos públicos e privados, colocando em risco a estrutura, a si mesmo e a outros foliões.

Imagen 11 - Foliões em cima dos pontos de ônibus na Avenida Berrini



Fonte: “Pré-carnaval de SP tem problemas com banheiros químicos, transporte e segurança”. G1, 2020

Posteriormente, os foliões usaram as redes sociais para comentar sobre a dificuldade em circular e até mesmo respirar no bloco, devido à quantidade de pessoas em um espaço limitado.

Imagen 12 - Comentários sobre o bloco da Pabllo.



Fonte: Twitter

Outros problemas derivados da superlotação nos megablocos, além da falta de espaço para a circulação dos foliões, foi também a falta de equipamentos para atender a demanda das pessoas, como a insuficiência dos banheiros químicos em atender a demanda do evento, gerando filas extensas e sujeira, resultando em segundo o G1 (2020), no total foram 199 pessoas multadas por urinar na rua, e na superlotação das estações de trem, que relataram atrasos nas partidas devido ao fluxo de pessoas que impedia o fechamento das portas, tendo segundo o G1 (2020) ocorrido casos de pessoas caindo ou pulando nas vias, sendo posteriormente necessário que seguranças da CPTM as retirassem da via.

Outros blocos, como o Sargento Pimenta e o Bangalafumenga, que tinham expectativa de 80 mil foliões, contaram com 300 pessoas para realizar as atividades dos desfiles, cada um. E o bloco MinhoQueens, que tinha expectativa de 200 mil pessoas, contou com 70 pessoas para organização e 15 seguranças.

No caso do MinhoQueens, durante o desfile no dia 22 de fevereiro, na avenida São João, o bloco precisou ser encerrado mais cedo devido às diversas brigas e arrastões que estavam acontecendo.

Imagen 13 - Quantidade de foliões durante o desfile do bloco MinhoQueens.



Fonte: Perfil Dentro Do Meio, 2020.

Segundo matéria do G1, ocorreram casos de espancamento, além de pessoas terem jogado garrafas no público. Segundo alguns relatos, as brigas eram causadas com a finalidade de causar confusão para facilitar os assaltos.

Imagen 14 - Comentário sobre os arrastões no MinhoQueens 2020

Rafael de Almeida  @rafaeldealmeida · 22 de fev de 2020 ...
Não é briga, é assalto, arrastão. Vi um grupo rasgar a camisa de um cara pra poder roubá-lo e depois jogar ele no chão cheio de lama. Agressividade no máximo.

E o caos se repete
2019: Bloco das Poderosas
2020: **MinhoQueens**

Fonte: Twitter

De acordo com os organizadores, não foi possível localizar nenhum agente da Polícia Militar nos locais onde estavam ocorrendo as brigas.

Segundo o Portal do Governo (2020), a Operação Carnaval Mais Seguro, que foi composta pela ação do Comando de Aviação da PM, do Choque, do Policiamento Rodoviário, do Policiamento Ambiental, do Policiamento de Trânsito e Corpo de Bombeiros e atuou em todo o estado, abordou 152.175 pessoas, tendo 828 delas sido presas, 75 adolescentes apreendidos e 249 procurados pela Justiça capturados. Sendo que, conforme

divulgado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública em 2020, só no período de pré-Carnaval, a polícia prendeu 413 pessoas, sendo 172 delas foragidas.

Devido aos casos de agressão e assalto já no período do pré-Carnaval, blocos se uniram em um Fórum Aberto dos Blocos de Rua de São Paulo e na União dos Blocos de Carnaval de Rua do Estado de São Paulo para solicitar por meio de uma carta, mais esforços e mais transparência sobre as medidas de segurança tomadas pela Prefeitura.

Na mesma medida em que de nós, produtores de blocos, são cobrados planos de segurança muitas vezes alheios à nossa capacidade operacional, pedimos aos órgãos competentes esclarecimentos acerca de pontos de extrema importância, tais como: efetivo total alocado durante o carnaval, por região; o plano geral de segurança pública para o evento; as atividades realizadas durante o carnaval, com interação entre equipes dos blocos e forças policiais, especialmente nas torres de monitoramento e nas operações do COPOM; o número de ocorrências e medidas sendo tomadas. (Carta aberta, 2020 apud. G1, pág. única)

Durante o planejamento do Carnaval, alguns blocos foram transferidos para outras regiões de São Paulo a pedido da coordenação do evento em prol da segurança dos foliões já que locais como o Largo da Batata tinha vários episódios de violência, contudo segundo Fernanda Toth (G1, 2020), fundadora do Casa Comigo, a medida não adiantou muito uma vez que, depois de migrar para o Centro, o desfile seguiu com arrastões ocorrendo.

Ao total, ao longo do Carnaval de 2020, duas pessoas morreram, sete foram baleadas e quatro foram esfaqueadas em blocos ou durante a dispersão dos desfiles.

Com os novos casos de violência durante o Carnaval, a Prefeitura optou pela retirada dos circuitos que iriam ocorrer na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, no Brooklin, e da Rua Henrique Schaumann, em Pinheiros, na Zona Oeste, durante o pós-Carnaval. Em nota enviada ao G1 em 2020, a Prefeitura afirmou que:

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Comissão Intersecretarial de Carnaval, reavaliou os trajetos do pós carnaval para promover melhor segurança e conforto para todos os foliões e pessoas que trabalham na festa. A decisão foi tomada em conjunto com a Polícia Militar e os blocos. O desfile do 'Kebradeira' (sábado), anteriormente previsto para a Rua Henrique Schaumann, passa para a Av. Hélio Pelegrino, que também recebe o 'Vou de Táxi' (domingo). Já o 'Kaya na Gandaia' deixa a Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini e passa para a região central. Essas reuniões após os desfiles são de praxe para avaliar o que deu certo e o que precisa de ajuste para os próximos eventos. G1, 2020.

Assim, durante a temporada de Carnaval, ao total duas pessoas morreram, sete foram baleadas e quatro foram esfaqueadas em blocos ou durante a dispersão dos desfiles.

Ocorreram diversos casos de violência, furto e golpes na capital paulista, a tabela 4 aponta alguns dos casos ocorridos e documentados em matérias online consultadas durante a pesquisa.

Tabela 4 - Calendário de notícias sobre incidentes no Carnaval de São Paulo de 2020.

SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA
15/02	16/02	17/02	18/02	19/02	20/02	21/02
1. Arrastão na Rua dos Pinheiros com a Rua Fradique Coutinho, onde dois possíveis assaltantes foram espancados por foliões. ³ 2. Durante a dispersão de um bloquinho, um grupo de jovens é surpreendido por, pelo menos, 10 homens e são atacados no Largo do Paissandu, na República. ⁴	1. Ao reagir a um assalto, cinco pessoas foram baleadas por um policial civil durante um bloquinho no Brooklin. ⁵ 2. Superlotação dos trens e metrôs ⁴	1. Pontos de ônibus depredados no Centro e Zona Sul de São Paulo ⁶ 2. Superlotação dos trens e metrôs ⁴				
22/02	23/02	24/02	25/02	26/02	27/02	28/02
1. Um homem atacou um motorista com uma faca na região da República, no centro de São Paulo. ¹ 2. Duas mulheres foram presas na região do Ibirapuera com 30 celulares provenientes de furtos. ⁷ 3. O Bloco MinhoQueens encerra mais cedo após diversas	1. Jovem morreu durante confusão em bloco de Carnaval na Freguesia do Ó, durante um arrastão. ⁹	1. Em uma tentativa de assalto no Centro de São Paulo, um homem é esfaqueado por 2 homens e 1 mulher. 2. Em Pinheiros, três pessoas foram esfaqueadas por um homem durante a dispersão de um bloco carnavalesco. ¹⁰	1. Em uma tentativa de furto, duas pessoas foram baleadas pela vítima que reagiu ao assalto com uma arma de fogo. ¹¹ 2. 30 pessoas foram presas em uma operação policial com 100 celulares furtados em		1. Nove pessoas são presas no Aeroporto de Guarulhos tentando embarcar com cerca de 550 celulares furtados desde o começo do Carnaval de São Paulo ³	

³ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/03/02/carnaval-de-rua-em-sp-o-que-deu-errado-e-o-que-deu-certo-em-2020.ghtml>

⁴ Fonte: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/senti-medo-de-morrer-diz-jovem-espancado-em-bloco-de-carnaval-28022020>

⁵ Fonte: <https://ponte.org/policial-atirou-para-todos-os-lados-em-bloco-de-pre-carnaval-de-sp-segundo-testemunhas/>;

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/noticia/2020/02/16/pessoas-sao-baleadas-na-avenida-luis-carlos-berrini-zona-sul-de-sao-paulo.ghtml>;

⁶ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/02/17/pre-carnaval-de-sp-tem-problemas-com-banheiros-quimicos-transporte-e-seguranca.ghtml>

⁷ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/02/23/policia-de-sao-paulo-detem-333-pessoas-em-operacao-de-carnaval.ghtml>

⁹ Fonte: <https://ponte.org/mae-de-jovem-morto-em-bloco-de-carnaval-em-sp-afirma-que-ele-foi-espancado-por-pms/>

¹¹ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/02/25-duas-pessoas-sao-baleadas-durante-passagem-de-bloco-de-carnaval-em-pinheiros.ghtml>

brigas, com foliões jogando latinhas no público e casos de agressão.⁸

29/02	01/03	02/03
	<p>1. Jovem entra em trabalho de parto em um bloco de Carnaval e dá à luz dentro de ambulância¹³</p>	<p>1. Durante o Carnaval foram registrados 270 casos de assédio, 115 de racismo, 332 de crianças desaparecidas e 115 casos de LGBTQfobia.¹⁴</p> <p>2. Durante o Carnaval 199 foliões foram multados por infringir lei que proíbe urinar em via pública.¹⁵</p>

Elaborada pela autora, 2022.

¹⁰ Fonte:
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/02/25/quatro-pessoas-sao-esfaqueadas-proximo-a-blocos-de-carnaval-nesta-segunda-em-sp-uma-foi-internada.ghtml>

⁸ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/02/22/desfile-do-bloco-minhoqueens-e-encerrado-antes-do-previsto-apos-brigas-no-centro-de-sp.ghtml>

¹²Fonte: <https://www.sbtnews.com.br/noticia/primeiro-impacto/136683-operacao-policial-recupera-mais-de-100-celulares-roubados-no-carnaval>

¹³ Fonte: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/03/01/jovem-da-a-luz-durante-bloco-do-pos-carnaval-de-sp-neste-domingo.ghtml>

¹⁴ Fonte:
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/03/02/tendas-de-acolhimento-a-mulheres-e-lgbts-registraram-400-atendimentos-a-vitimas-de-agressao-durante-carnaval-em-sp.ghtml>

¹⁵ Fonte:
<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/carnaval/2020/noticia/2020/03/02/prefeitura-de-sp-multa-199-folioes-flagrados-fazendo-xixi-na-rua-durante-oito-dias-de-carnaval.ghtml#:~:text=Cada%20infrator%20pagar%C3%A1%20R%24%20500,das%20unidades%20em%20v%C3%A1rios%20cortejos.&text=A%20Prefeitura%20de%20S%C3%A3o%20Paulo,oito%20dias%20oficiais%20de%20carnaval.>

4. ANÁLISE DE RISCOS APLICADA AO CARNAVAL DE RUA DE SÃO PAULO: ESPECIFICIDADE METODOLÓGICA E VALIDADE DA APLICAÇÃO

4.1. Análise de riscos: origem do método e versatilidade de usos.

Para Santos (2018) sendo o Carnaval de Rua um megaevento que tem como efeito trazer as pessoas para se reunirem em vias públicas, ambientes que originalmente não tem esse fim e necessitam de infraestruturas improvisadas nem sempre facilmente gerenciadas, existe um forte potencial para situações de risco que requerem uma gestão capaz de identificar e mitigar seus efeitos negativos.

Assim, como afirma Ávila Filho et al. (2014) e ressalta Santos (2018), a realização de um megaevento requer um estudo de possíveis cenários de riscos que poderiam prejudicar o bem-estar e segurança das pessoas, impactando negativamente a relação de confiança entre o público e a organização e que poderia descredibilizar os organizadores e a validade do megaevento. Assim, a análise dos riscos é uma parte importante do processo de realização de um evento seguro que pretende ser contínuo e duradouro (Rosa 2003 apud Santos, Kalid e Ávila Filho, 2016).

Contudo, para Santos (2018), a escassez de metodologias específicas de simulação de análise de risco em megaeventos é um desafio para organizações ou instituições que se propõem a pensar no Carnaval como um projeto que requer ações de planejamento entre as áreas de mobilidade, sustentabilidade, segurança, serviço de alimentação e bebidas, telecomunicações e comunicação, questões de ambiente e entorno como diferenças culturais, ações da natureza, situação política, social e econômica do país ou cidade.

Um dos desafios para a organização de um megaevento, segundo Santos (2018) está em equilibrar as medidas de segurança com a natureza de liberdade que o Carnaval em especial se propõe uma vez que “as operações de segurança não só ocorrem em um contexto democrático em que os direitos civis devem ser rigorosamente respeitados, mas também não podem estragar a alegria do festival, que é tão especial para o megaevento”. (Santos, 2018, pág.. 18).

De tal forma, tendo o Carnaval de Rua de Salvador de 2016 como estudo de caso, Santos (2018) utilizou das ferramentas de Análise de Cenário, APR (Análise Preliminar de

Risco), Matriz de Risco, FTA (*Fault Tree Analysis*) e Análise de Bowtie, conceitos originais da Gestão de projetos, a fim de:

- a) classificar os riscos identificados no Carnaval de Salvador 2016;
- b) apresentar o nível de aprovação dos foliões em relação aos riscos, via aplicação de questionários; c) recomendar propostas para mitigar os riscos altos investigados; d) fornecer um histórico de aceitação do Carnaval, ao verificar se no decorrer dos anos houve evolução na percepção dos foliões frente aos riscos que estão expostos. (Santos, 2016, pág.. 19)

Os métodos utilizados pela autora são originalmente da área de gestão de projetos relacionados ao ambiente industrial, tendo sido necessário a adaptação dos conceitos básicos e das técnicas selecionadas pela autora para atender o objeto de estudo: o Carnaval de Salvador. Além disso, para Santos (2018), a escolha dos métodos esteve relacionado também com a qualidade das informações disponíveis sobre o objeto de estudo.

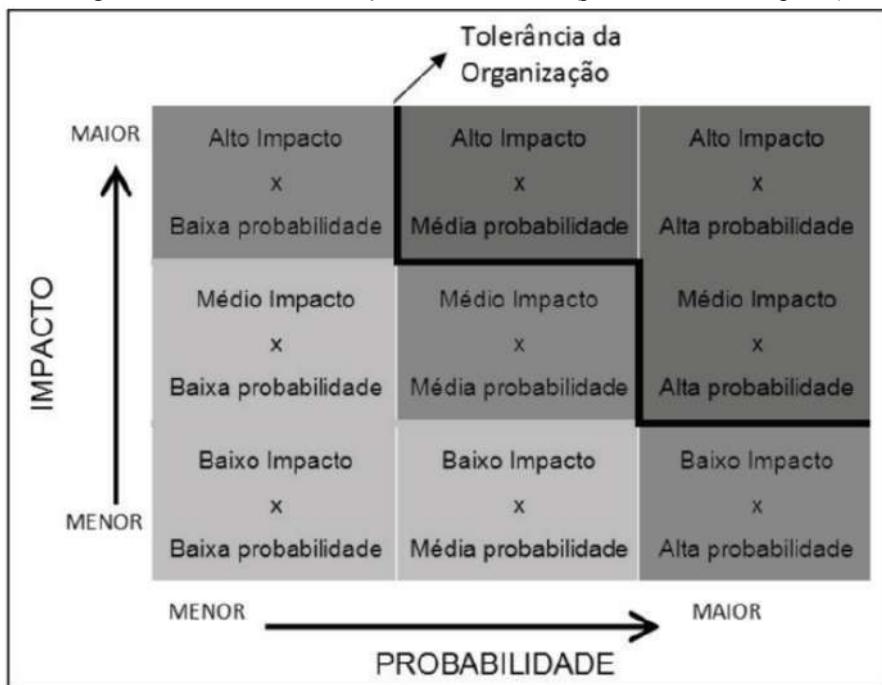
Em seu trabalho, tendo entendido que segurança é um conjunto de conhecimentos e estratégias para identificar, gerir e reduzir riscos, que este é o valor ponderado da situação de perda, dano ou inconveniência e que perigo é a incerteza da magnitude que os efeitos de uma situação podem ter nas pessoas ou coisas (Ruppenthal, 2013 apud Santos 2018), a autora fez um levantamento dos processos que causam riscos no Carnaval de Salvador de 2016 através das seguintes etapas:

1. Revisão do Estado da Arte;
2. Reuniões de Brainstorming, análise de Cenários, APR e Matriz de Riscos;
3. Elaboração e aplicação de questionários com apoio da SECIS (PM) sobre a percepção dos foliões;
4. Interpretação e tabulação dos dados pelo grupo voluntário “Carnaval Seguro e Sustentável”;
5. Aplicação das técnicas FTA e Bowtie;
6. Entrevistas;
7. Buscas de notícias para validar ou não a percepção dos foliões sobre os riscos;
8. Recomendações;
9. Workshops Desafios na Gestão de Megaeventos: o caso do Carnaval de Salvador 2016. (Santos 2018, pág.. 48)

A ferramenta Matriz de Riscos, ou matriz de probabilidade e impacto, é uma ferramenta de gerenciamento que identifica e antecipa riscos que não podem ser evitados, além de também determinar a intensidade dos impactos no processo de alcançar os objetos de produção e tem a finalidade de ajudar o gestor a planejar ações de segurança e controle de acordo com as diferentes intensidades de cada grupo de risco identificado (Kochi, 2011 apud Santos 2018).

Segundo Bandarovsky (2020), para montar a matriz são considerados dois critérios: 1) a probabilidade de algo não sair conforme o esperado e; 2) o impacto das consequências e sua intensidade. Assim, a tabela é composta com cada critério em um eixo, sendo o risco classificado de acordo com a zona que ocupa em diferentes níveis de criticidade ().

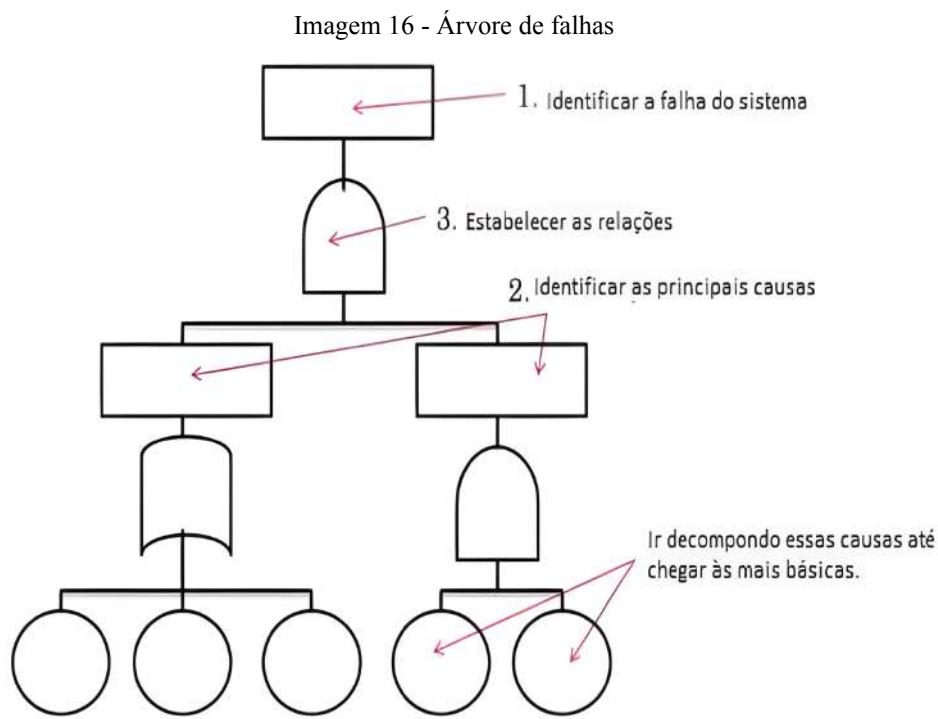
Imagen 15 - Matriz de avaliação de riscos 3 x 3 (probabilidade e impacto)



Fonte: Lopes e Neto (2016)
Adaptada de Her Majesty's Treasury (2004).

A Análise Preliminar de Risco (APR) têm a mesma função: identificar as causas e efeitos dos perigos de um evento sobre os quais não se têm muita informação e que podem surgir durante as etapas, em especial as iniciais, de diferentes atividades, focando principalmente em ajudar a organização em “concentrar seus esforços nos processos e ferramenta mais vulneráveis, contribuindo assim para o cumprimento de seus objetivos” (Santos, 2018, pág. 25), sendo esse o principal objetivo do método.

Já a *Fault Tree Analysis* (FTA) é uma ferramenta qualitativa que visa construir uma representação da sequência de eventos que podem levar ao acidente, um organograma que identifique as possíveis causas e determine também a probabilidade de ocorrência (Santos, 2018).



Fonte: Tamayo e Meija (2016) apud Santos (2018).

Por fim, a metodologia de Bowtie é utilizada para a avaliação, gestão e comunicação de riscos, sendo útil para verificar ligações entre as causas e as consequências, observando as hipóteses sobre os riscos através da união dos métodos de árvore de falhas e de árvore de eventos (Santos, 2018).

Assim, Santos (2018) identificou que existiam no total oito cenários de riscos no Carnaval de Salvador de 2016, sendo cinco deles de alta frequência e alto impacto, dois cenários de média frequência e alto impacto e um cenário de alta frequência e impacto médio.

Após a identificação desses cenários e dos principais possíveis cenários de riscos do Carnaval de Salvador de 2016, através da Análise de Cenários, Santos (2018) os classificou entre baixo, médio ou alto risco, a partir da Matriz de Risco, e identificou as causas dos riscos, com a construção da árvore de falha, além de também propor ações que pudessem mitigá-los.

4.2. Aplicabilidade para o caso de estudo

A partir do levantamento realizado no capítulo 2 sobre a experiência vivida no Carnaval de Rua de São Paulo de 2020, foram identificados e elencados a seguir, nove acontecimentos que podem ser caracterizados como riscos, tendo causado acidentes e danos tanto para os foliões como outros envolvidos no megaevento:

1. Exploração da mão de obra da população de São Paulo, em especial dos cidadãos em situação de rua;
2. Aglomeração de foliões em vias sem espaço suficiente para seu deslocamento e dispersão;
3. Infraestrutura de saneamento insuficiente;
4. Superlotação dos meios de transporte;
5. Ocorrência de brigas e conflitos;
6. Invasão das zonas de isolamento dos trios;
7. Desaparecimento de menores;
8. Depredação de bens públicos e privados;
9. Proximidade dos blocos com a fiação elétrica.

Esses acontecimentos foram distribuídos na tabela 5 para compor uma Matriz de Riscos a partir da sua frequência e dos seus impactos, avaliados a partir do levantamento realizado no tópico 2.2. "Experiência Recente":

Tabela 5 - Matriz de Riscos Carnaval de Rua 2020.

I M P A C T O	Alto	Invasão das zonas de isolamento dos trios. Proximidade dos blocos com a fiação elétrica.	Aglomerarão de foliões em vias sem espaço suficiente para seu deslocamento e dispersão. Desaparecimento de menores e trabalho infantil.	Ocorrência de brigas e conflitos. Superlotação dos meios de transporte.
	Médio		Exploração da mão de obra da população de São Paulo, em especial dos cidadãos em situação de rua.	Infraestrutura de saneamento insuficiente.
	Baixo	Depredação de bens públicos e privados.		
		Baixa	Média	Alta
		FREQUÊNCIA		

Elaborada pela autora, 2022.

A seguir elaboramos a Análise Preliminar de Riscos de cada cenário identificado.

Tabela 6 - Exploração da mão de obra da população de São Paulo, em especial dos cidadãos em situação de rua.

Risco	Exploração da mão de obra da população de São Paulo, em especial dos cidadãos em situação de rua.		
Causa	Prestação mais rápida e barata do serviço		Economia para os contratantes, que lucram com a baixa remuneração oferecida.
Barreira	Fiscalizar a prestação de serviço, garantindo a aplicação das normas de segurança		Elaboração rígida de edital e processo de licitação/contratação do prestador.
Modo de detecção	Denúncias		Fiscalização e monitoramento dos serviços prestados
Efeito do risco	Infraestrutura montada por trabalhadores não capacitados	Maior chances de acidentes na prestação do serviço	Prejuízo para os trabalhadores com contratos e vínculos precários com contratantes
Impacto	MÉDIO		
Frequência	MÉDIA		

Elaborada pela autora, 2022.

Tendo em mente o impacto, a frequência e os efeitos dos riscos, o uso da mão de obra da população em situação de rua é um cenário que pode ter um impacto negativo sobre a imagem do Carnaval de Rua, não só por representar uma exploração dessas pessoas como pelos significativos riscos de falha na montagem que a falta de treinamento ou capacitação para esta atividade pode acarretar. Sendo assim, indica-se a contratação de empresas comprometidas com a qualificação profissional e as formalidades das leis trabalhistas, garantindo os meios para trabalho, como o fornecimento de capacitação e de equipamentos adequados, além da garantia de transporte, alimentação e demais obrigatoriedades contratuais.

Tabela 7 - Aglomeração de foliões em vias sem espaço suficiente para seu deslocamento e dispersão.

Risco	Aglomeração de foliões em vias sem espaço suficiente para seu deslocamento e dispersão.			
Causa	Itinerário incluindo vias muito estreitas para o tipo de evento		Dificuldade de controle do número excessivo de foliões	
Barreira	Desfile em logradouros mais amplos como avenidas		Limitar o volume de pessoas através de mecanismos que controlem a entrada dos foliões nas vias onde ocorrem os desfiles de acordo com a quantidade de pessoas que já estão participando do bloco.	
Modo de detecção	Monitoramento da quantidade das pessoas ocupando as ruas e da mobilidade dos foliões			
Efeito do risco	Pisoteamentos e mal estar dos foliões	Conflitos e agressões	Eventuais bloqueios de rotas de fuga	Dificuldade de monitoramento e/ou assistência

Impacto	ALTO
Frequência	MÉDIA

Elaborada pela autora, 2022.

As aglomerações de foliões sem espaço suficiente para seu deslocamento e dispersão pôde ser observado especialmente nos megablocos durante todo o período da Temporada de Carnaval. Esse cenário é propício a acidentes e conflitos, uma vez que o trânsito e monitoramento da força policial é dificultada, além de que a quantidade de pessoas poderia impedir a prestação de assistência em situações de mal estar e o movimento dos foliões poderia causar quedas e eventuais pisoteamentos. Em outros cenários, como tiroteios ou incêndios, rotas de fugas também poderiam ser bloqueadas. Por tanto, uma possibilidade seria o aumento do número de trios nos blocos, promovendo assim o espalhamento dos foliões ao longo da via e diminuindo os pontos de concentração de pessoas e também o controle do número de foliões seguindo os blocos a partir do estabelecimento de um limite de participantes de acordo com a capacidade de lotação dos logradouros.

Tabela 8 - Infraestrutura de saneamento insuficiente.

Risco	Infraestrutura de saneamento insuficiente.		
Causa	Demanda superior ao planejado		Falta de locais adequados de descarte de lixo
Barreira	Aumentar a quantidade de banheiros químicos		Aumentar a equipe de limpeza
Modo de detecção	Longas filas	Reclamações	Ambientes sujos
Efeito do risco	Lotação de estabelecimentos para o uso de sanitários	Foliões urinando nas ruas	Vias sujas e poluição
Impacto	MÉDIO		
Frequência	ALTA		

Elaborada pela autora, 2022.

A aderência em especial dos megablocos, aumentou consideravelmente ao longo dos anos e exige, ano após ano, uma maior quantidade de banheiros químicos, por isso é imprescindível que haja um melhor planejamento da quantidade de banheiros que serão oferecidos e onde estarão localizados durante a Temporada de Carnaval. A falta de banheiros e locais adequados de descarte de lixo levam a poluição e degradação do espaço público e afetam principalmente os frequentadores permanentes desses ambientes, o que gera aversão ao Carnaval.

Tabela 9 - Superlotação dos meios de transporte.

Risco	Superlotação dos meios de transporte.			
Causa	Aumento de usuários dos meios de transporte público regulares	Plano ineficaz de desvios temporários	Frota de insuficiente de transporte coletivo	Má divulgação do Plano de desvios e alterações nos itinerários temporários
Barreira	Oferecimento de modais complementares para deslocamento dos foliões	Aumentar frota e reduzir intervalo de circulação dos veículos de transporte público	Tornar mais acessíveis as informações sobre as alterações feitas no transporte público	
Modo de detecção	Aglomerações em estações e pontos de ônibus	Engarrafamentos nas ruas ou atraso na partidas de trens e metrôs	Grande intervalo entre ônibus ou trens	Reclamações dos usuários habituais
Efeito do risco	Acidentes como queda de passageiros nos trilhos dos trens e metrôs ou mal estar de passageiros devido a quantidade de pessoas dentro dos ônibus e/ou vagões.			
Impacto	ALTO			
Frequência	ALTA			

Elaborada pela autora, 2022.

A mobilidade durante o Carnaval, em especial dos usuários dos meios de transporte público, fica altamente comprometida devido aos atrasos gerados pelo grande fluxo de foliões que utilizam os trens, ônibus e metrôs. Assim como no cenário de aglomerações, de ser um ambiente mais propício a acidentes como queda nos trilhos, as possíveis ocorrências dentro das estações podem não ser atendidas com a urgência requerida devido a falta de mobilidade. Sendo assim, é importante que a infraestrutura das estações sejam melhoradas, como instalação de portas automáticas nas plataformas para que o acesso aos trilho seja dificultado, além de melhor planejamento da circulação dentro das estações e terminais com a criação de simulações de fluxo para compreender e prever possíveis congestionamentos e aumento da frota para que o tempo de espera seja reduzido.

Tudo isso alinhado a um plano de divulgação das alterações planejadas com devida antecedência para que não só os foliões, como também os usuários frequentes possam planejar outras opções ou usem outros modais de transporte.

Tabela 10 - Ocorrência de brigas e conflitos.

Risco	Ocorrência de brigas e conflitos.				
Causa	Concentração de pessoas aumenta a probabilidade de divergências	Resistência a assaltos	Embriaguez	Efetivo policial insuficiente	Falta de equipamentos de monitoramento

	motivadas por ódio, racismo, homofobia entre outros motivadores de conflitos						
Barreira	Equipes especializadas no atendimento e na conscientização		Ampliar contingente de segurança		Monitoramento com foco em identificar o porte de armas		
Modo de detecção	Notícias		Boletins de ocorrência		Reclamações		
Efeito do risco	Agressões		Assaltos e arrastões		Mortes		
Impacto	ALTO						
Frequência	ALTA						

Elaborada pela autora, 2022.

Também devido à grande quantidade de público que os blocos atraem, as chances da ocorrência de conflitos e crimes é alta durante a Temporada de Carnaval. A festividade oportuniza furtos, sobretudo em virtude da distração dos foliões. Uma prática observada durante o Carnaval de São Paulo de 2020 foi a incitação de brigas com a finalidade de cometer assaltos, pois as vítimas estavam distraídas com o conflito e acabavam tendo seus pertences, em especial celulares, furtados ou roubados. Em ambos os casos, devido à quantidade de pessoas, a polícia não conseguia circular entre os foliões nem atender as ocorrências.

Nos casos em que as vítimas de assalto acabaram reagindo, essas situações resultaram em alguns casos de esfaqueamento e tiroteio. Por isso se considera que é importante, além da solução da concentração de foliões já proposta para o risco "**Aglomeração de foliões em vias sem espaço suficiente para seu deslocamento e dispersão**" para que assim haja um aumento no patrulhamento dentro dos blocos e melhoria do sistema de Boletins de Ocorrência online.

Tabela 11 - Invasão das zonas de isolamento dos trios.

Risco	Invasão das zonas de isolamento dos trios.		
Causa	Aglomerções excessivas	Insuficiência da equipe responsável pelos cordões	Busca de aproximação com os artistas no bloco
Barreira	Cordões ao redor dos carros e trios		Apoio dos bombeiros e/ou polícia civil
Modo de detecção	Dificuldade em conter o público		
Efeito do risco	Atropelamentos		Colisão entre foliões levando a ferimentos
Impacto	ALTO		

Frequência	BAIXA
Elaborada pela autora, 2022.	

A popularidade dos Megablocos, em alguns casos, se dá pela presença de artistas populares conduzindo e animando o desfile e isso acaba atraindo para o trio uma grande quantidade de foliões que querem estar próximos do artista e acabam transpassando o limite imposto pela equipe do cordão. A tentativa de aproximação com o trio pode acarretar no choque entre as pessoas e o carro, causando ferimentos e atropelamentos não só de foliões, mas também da equipe responsável por manter a distância limite. As recomendações para esse cenário são o aumento de pontos de concentração do bloco com mais trios no desfile para promover espalhamento dos foliões, aumentar a equipe de controle do cordão e melhorar os equipamentos de barreira que sejam mais resistentes e garantam a mobilidade do trio e dos foliões sem permitir o transpasse do limite definido.

Tabela 12 - Desaparecimento de menores e trabalho infantil.

Risco	Desaparecimento de menores e trabalho infantil.	
Causa	Desatenção às crianças durante a frequentaçāo de aglomerações e de ambientes abertos propícios ao desaparecimento de menores	Instabilidade financeira dos responsáveis pelas crianças, levando ao trabalho infantil com a finalidade de complementar renda
Barreira	Equipes de busca e monitoramento das crianças	Fiscalização e equipes de identificação de crianças em situação de trabalho infantil
Modo de detecção	Crianças desacompanhadas e emocionalmente abaladas	Crianças carregando produtos ou prestando de serviços
Efeito do risco	Crianças suscetíveis a situações de sequestro e/ou abuso.	reforço do ciclo da pobreza, privando crianças da sua infância e direitos a educação e lazer, além de fadiga excessiva, irritabilidade e fraturas ou ferimentos e exposição a possíveis abusos físicos, sexuais e emocionais
Impacto	ALTO	
Frequência	BAIXA	

Elaborada pela autora, 2022.

O trabalho infantil foi um fenômeno observado ao longo dos últimos Carnavais de São Paulo e resultou em ações de conscientização por parte do poder público e ONGs para que os foliões denunciassem casos de trabalho ou abuso infantil. Por isso, como recomendação, a medida mais efetiva contra o combate ao trabalho infantil seriam melhorar a qualidade de vida das famílias, garantindo que os menores e responsáveis não precisassem recorrer ao trabalho infantil.

Além disso, outra preocupação é o desaparecimento de menores durante os desfiles, devido ao fluxo e quantidade de passantes. Assim, campanhas e ações de combate ao desaparecimento de crianças foram criadas, como a distribuição de pulseiras para identificação e divulgação de orientações para os pais e responsáveis sobre procedimentos em caso de perda da criança.

Tabela 13 - Depredação de bens públicos e privados.

Risco	Depredação de bens públicos e privados.				
Causa	Falta de espaço e/ou mobilidade	Embriaguez	Conflitos e brigas		
Barreira		Monitoramento e fiscalização dos foliões			
Modo de detecção	Entulhos e lixos espalhados, além de equipamentos danificados parcial ou integralmente após o evento.				
Efeito do risco	Prejuízo público ou privado	Possibilidade de acidentes			
Impacto	BAIXO				
Frequência	BAIXA				

Elaborada pela autora, 2022.

A presença de multidões nas ruas, especialmente quando há bebidas alcoólicas, aumenta a possibilidade de depredação de bens públicos e privados, como lixeiras, placas, vidraçarias, etc. Além da embriaguez, conflitos, brigas e crimes, podem resultar em equipamentos e pertences danificados que, durante a passagem do desfile, podem ser causadores de acidentes e ferimentos. Outra causa, como foi possível observar no Carnaval de 2020, foi que devido à falta de espaço para circulação e em alguns casos, a vontade de ver melhor os artistas nos blocos, foliões subiram em infraestruturas públicas, colocando em risco a própria segurança e a de outros foliões. Por isso, é importante que haja o monitoramento das vias, através de câmeras ou drones, para que equipes de apoio possam agir, além da aplicação de multas, quando cabíveis.

Tabela 14 - Proximidade dos blocos com a fiação elétrica.

Risco	Proximidade dos blocos com a fiação elétrica.	
Causa	Altura dos trios	Instalação elétrica inadequada na região de passagem dos blocos
Barreira	Rotas alternativas para desvio	Equipe de emergência para manutenção dos fios
Modo de detecção	Avaliação das redes de eletricidade das vias	
Efeito do risco	Eletrocutamento	Quedas dos fios e/ou pessoas, com possibilidade de acidente ou prejuízo para locais atingidos com a interrupção da oferta de energia elétrica

Impacto	ALTO
Frequência	BAIXA

Elaborado pela autora, 2022.

Devido à altura dos trios ou a irregularidades na fiação exposta nas vias onde ocorrem os desfiles, a possibilidade de alguma pessoa ou material condutor de eletricidade entrar em contato com os fios, causando assim o eletrocutamento das equipes e foliões próximos, começar incêndios ou levar a queda de foliões, é um cenário que apesar de baixa frequência poderia ter um grande impacto na imagem do Carnaval de Rua e no bem estar dos foliões. Por isso, as medidas de limite de altura dos trios e a avaliação e eventual manutenção da fiação nas vias escolhidas para os desfiles, sendo cabível também o estudo do possível aterramento da fiação, é importante na prevenção de acidentes.

Destarte, a Análise de Riscos pode ser uma importante ferramenta na mitigação das consequências decorrentes do Carnaval de Rua, podendo ser aplicada anteriormente ao evento, criando cenários hipotéticos ou após o evento, usando como base os cenários que já ocorreram. Além disso, uma vez que investiga e identifica as falhas ao longo de todo o processo de planejamento das ações tomadas pelas instituições organizadoras do Carnaval de Rua, é capaz de ampliar a visão dos organizadores sobre os desdobramentos das suas ações.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento do Carnaval de Rua de São Paulo, que o elevou em 2020 ao título de maior Carnaval de Rua do Brasil, significou uma grande ocupação das ruas e dos espaços públicos urbanos. Isso elevou o interesse de diversos artistas na participação em desfiles e, em até mesmo criar seus próprios blocos, que já se formavam com expectativas altas de aderência do público. Assim, o Carnaval em São Paulo tornou-se um grande festival realizado em diversas localidades da cidade que, mesmo indicando diversos cenários de riscos, ainda assim atraiu milhares de foliões ao longo da Temporada.

Sendo o Carnaval brasileiro uma expressão cultural nacional e festividade de grande projeção internacional que, através de ações midiáticas e políticas, se consolidou entre os estereótipos brasileiros: o Futebol, a Praia e o Carnaval. As consequências dos impactos dos seus resultados têm repercussão internacional e podem afugentar visitantes, afetar a maneira como o país é visto, além de gerar questionamentos sobre a capacidade do poder público de São Paulo de manter a integridade e segurança dos seus foliões.

A Análise dos Riscos pode ser um importante indicador das proporções alcançadas pelo Carnaval de São Paulo, subsidiando a avaliação da capacidade dos recursos necessários para atender a demanda do público e dos moradores. Por isso, a Análise de Riscos do Carnaval de Rua de São Paulo, além do levantamento e do estudo das ocorrências passadas, é um passo muito importante para manter a integridade do evento em si e da sua continuidade.

Contudo, ainda é necessário desenvolver e consolidar o uso da simulação de análise de risco em megaeventos, pois é notável a falta de trabalhos na área de Turismo e planejamento de eventos com conhecimento específico do Carnaval de Rua e a escassez de metodologias de análise de riscos no contexto de megaeventos, uma vez que, até o momento o Carnaval tem sido um objeto de estudo majoritariamente da área de Ciências Humanas, com foco nos seus aspectos culturais e sociais. Assim, o trabalho de Santos em adaptar, desenvolver e aplicar uma metodologia com foco no Carnaval de Rua foi um passo importante para ampliar o campo de estudos sobre manifestações carnavalescas de rua como um evento turístico que pode tanto dar visibilidade positiva quanto construir uma imagem negativa da cidade de São Paulo, caso os riscos analisados perdurem e seus impactos sejam intensificados.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, P. C. de. Um samba de várias notas: Estado, imprensa e carnaval no Rio de Janeiro(1932-1935). **Mestrado em História - Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói**, p.1-11, 2013. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1719.pdf>. Acesso em 01 de Abr. 2022.

A ORIGEM DO CARNAVAL. **Biblioteca do CECULT**- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Santo Amaro, Bahia 15, Fevereiro, 2019. Disponível em: <https://www1.ufrb.edu.br/bibliotecacecult/noticias/228-a-origem-do>. Acesso em 01 Out. 2022.

BELO, Vanir de Lima. Carnaval das Escolas de Samba: profissionalização e ação social. **Ponto Urbe - Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP**, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/pontourbe/1992#tocto1n3>. Acesso em 03 Ago. 2022.

BRASIL. Decreto nº 20.439, de 24 de janeiro de 1946. **Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 24 jan. 1946.

CARNAVAL 2020 MOVIMENTA CERCA DE R\$ 3 BILHÕES EM SÃO PAULO. **Secretaria Especial de Comunicação da Cidade de São Paulo**, 06 mar. 2020. Disponível em: <https://www.capital.sp.gov.br/noticia/carnaval-de-rua-2020-movimenta-r-2-75-bilhoes-em-sao-paulo>. Acesso em 19 Nov. 2022.

CUNHA, Fabiana Lopes da. **Os “Cordões” entre confettis, serpentinas e lança perfumes: o carnaval do “Zé Povinho” e as diferentes formas de brincar e tentar regrar o carnaval carioca em fins do século XIX e início do XX**. Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 19, nûm. 2, maio-agosto, 2015, pp. 565-591. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, Brasil. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3055/305541164007.pdf>. Acesso em 08 de Out. 2022.

Carnaval de Rua. **Digital Brasil**, 06 fev. 2021. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/artigos/cultura-popular-carnaval-de-rua/>. Acesso em 21 Jun. 2022.

CARVALHO, Marizilda de. Carnaval e Samba na Terra da Garoa. **Revista de Textos escolhidos de cultura e arte populares**, Rio de Janeiro, v.6, nº1, p. 83-96, pág..21, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/viewFile/12157/9472>. Acesso em 18 Set. 2022.

CORDÕES DO BLOCO DE CARNAVAL. **Rio de Janeiro Aqui**. Disponível em: <https://www.riodejaneiroaqui.com/carnaval/carnaval-cordoes-blocos>. Acesso em 17 Nov. 2022.

DE SOUZA, L.; ANTONUCCI, D. A apropriação do espaço público por blocos de carnaval em São Paulo. **Jornada de Iniciação Científica e Mostra de Iniciação Tecnológica - ISSN 2526-4699**, Brasil, jan. 2021. Disponível em: <http://eventoscopq.mackenzie.br/index.php/jornada/xvijornada/paper/view/1897/1454>. Acesso em 21 Nov. 2022.

FRANGIOTTI, N. **O espaço do carnaval na periferia da cidade de São Paulo**, 2007, São Paulo-SP. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-15022008-113406/publico/DISSERTACAO_NANCI_FRANGIOTTI.pdf. Acesso em 12 Nov. 2022

GIOVANINI, D. ; ZANARDO, E.; SOUZA, Profº José C. F. M. O Carnaval como Mercadoria: A cultura em xeque, **XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, São Paulo , maio de 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2008/expocom/EX9-0334-1.pdf>. Acesso em 10 Nov. 2022.

GERMANO, Iris. O Carnaval no Brasil: da origem européia à festa nacional. **CARAVELLE-La Fête en Amérique Latine**. Biblioteca Digital JSTOR. Presses Universitaires du Midi, nº73, pp.131-145, Dezembro, 1999. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/40854710?sid=primo&seq=6#metadata_info_tab_contents. Acesso em 05 Ago. 2022.

GRÁFICO 1 - PESQUISA OBSERVATÓRIO DO TURISMO NO SAMBÓDROMO (2012 - 2019). **Observatório de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo**. Disponível em: <https://observatoriodeleturismo.com.br/?p=679>. Acesso em 01 Jun. 2022.

HISTÓRIA DO ANHEMBI. **Anhembi 50 anos** , São Paulo. Disponível em: <https://www.anhembi50anos.com.br/historia/polo-cultural>. Acesso em 18 Set. 2022.

LAPICCIRELLA, Roberto. **Antologia musical popular brasileira: as marchinhas de carnaval**. v.1, Musa, 1996, 1-241.

MAZIERO, Ellen Karin Dainese. Carnaval e moralidade durante a ditadura militar (1965-1979). **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis , jul. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1441918121_ARQUIVO_Anais_Ellen_Maziero_ANPUH.pdf. Acesso em 20 Ago. 2022.

MENEZES, Luiz Fernando .Desenhamos fatos sobre a economia do Carnaval. **Aos Fatos**, 21 fev.2020. Disponível em: <https://www-aosfatos.org/noticias/desenhamos-fatos-sobre-economia-do-carnaval/> . Acesso em 10 Nov. 2022.

OBSERVATÓRIO DE TURISMO E EVENTOS DA CIDADE DE SÃO PAULO Carnaval de Rua EM SÃO PAULO 2015. **Observatório de Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo**, São Paulo, 2015. Disponível em: https://observatoriodeleturismo.com.br/pdf/CARNAVAL_RUA_2015_MIDIAS_SOCIAIS.pdf. Acesso em 10 Nov. 2022.

PARQUE Antarctica. **Site Oficial do Palmeiras**. Disponível em: <https://www.palmeiras.com.br/parque-antartica/>. Acesso em 10 Nov. 2022.

PESQUISA REALIZADA NOS DESFILES NO SAMBÓDROMO E Carnaval de Rua EM SÃO PAULO MOSTRAM APROVAÇÃO DO PÚBLICO. Comunicação São Paulo Turismo, 23 fev. 2015. Disponível em: <https://imprensa.spturis.com.br/press-kits/pesquisa-realizada-nos-desfiles-no-sambodromo-e-carnaval-de-rua-em-sao-paulo-mostram-aprovacao-publico>. Acesso em 21 Out. 2022.

SANTOS, Alana Louise Alves. **Avaliação de Riscos em Megaeventos e validação a partir da percepção do folião, Carnaval em Salvador.** 2018. 116 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial) - Universidade Federal da Bahia, Escola Politécnica, Salvador, BA, 2018.

SÃO PAULO. Decreto Nº 58.857, de 17 de julho de 2019. **Disciplina o Carnaval de Rua da Cidade de São Paulo.** Casa Civil, São Paulo, SP, 17 jul. 2019.

SILVA, ZL. **Dimensões da cultura e da sociabilidade: os festejos carnavalescos da cidade de São Paulo (1940-1964).** São Paulo: Editora UNESP, 2015, 213 p. ISBN 978-85-68334-54-6.

SILVA, Beatriz Rocha de Paula e. **O Carnaval de Rua no centro de São Paulo e a construção de novos imaginários da cidade,** 2020, São Paulo, SP. Disponível em: https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/2021/01/beatriz_de_paula_e_silva_v_f.pdf. Acesso em 21 Out. 2022.

VARGA, Ana Luiza Machado de Campos. **RENASCIMENTO DO Carnaval de Rua DE SÃO PAULO: Análise da transformação da capital paulista em uma potência carnavalesca de rua e as redes sociais como uma ferramenta viabilizadora,** 2020, São Paulo-SP. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/cmc/monografias/AnaLuizaVarga.pdf>. Acesso em 21 Out. 2022.